

Diagnóstico Socioeconômico dos Conjuntos Residenciais GETÚLIO VARGAS I E II

PAC – Intervenção nas Favelas





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
GRANDE FURG

Reitor

DANILO GIROLDO

Vice-Reitor

RENATO DURO DIAS

Chefe de Gabinete do Reitor

JACIRA CRISTIANE PRADO DA SILVA

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Pró-Reitor de Planejamento e

Administração

DIEGO D'ÁVILA DA ROSA

Pró-Reitor de Infraestrutura

RAFAEL GONZALES ROCHA

Pró-Reitora de Graduação

SIBELE DA ROCHA MARTINS

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

DAIANE TEIXEIRA GAUTÉRIO

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de

Pessoas

CAMILA ESTIMA DE OLIVEIRA SOUTO

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

EDUARDO RESENDE SECCHI

Pró-Reitora de Inovação e Tecnologia da

Informação

DANÚBIA BUENO ESPÍNDOLA



PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO
GRANDE PMRG

Prefeito Municipal

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO

Chefe de Gabinete do Gabinete de

Programas e Projetos Especiais –

GPPE

EDES ANDRADE FILHO

Coordenadora Trabalho Técnico Social

Prefeitura Municipal do Rio Grande

NADIA REGINA PEREIRA FÔLHA

Coordenação Técnica e Executiva

Débora Amaral (Coordenadora Trabalho Técnico Socioambiental

FURG) **Diagnóstico Socioeconômico**

Luciene Mourige Barbosa (Mestre em Antropologia Social – Pesquisadora em

Antropologia); Anderson Pires de Souza (Doutorando em Educação Ambiental –

Pesquisador e Educador Ambiental); Tatiane Goudinho da Costa (Mestre em

Educação), Jocellem Regina Lilja Pardo (Pós – Graduada em Gestão Social – Políticas

Públicas, Redes e Defesa de Direitos).

Débora Medeiros do Amaral
(Organizadora)

**Diagnóstico socioeconômico dos Conjuntos
Residenciais Getúlio Vargas I e II
PAC- Intervenção nas Favelas**



Rio Grande
2024

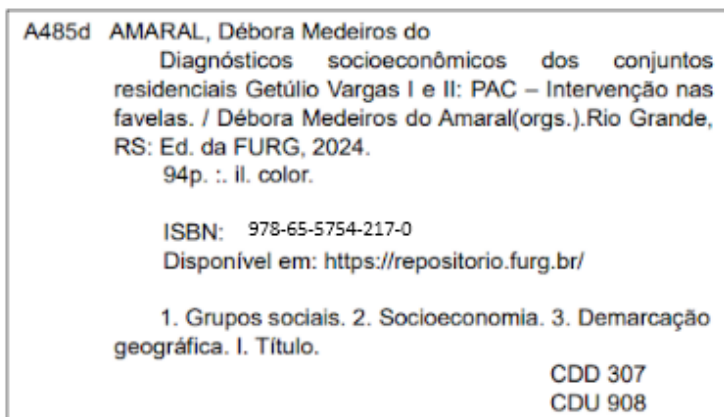
📄 Débora Medeiros do Amaral

2024

Formatação e Diagramação: Débora Medeiros do Amaral

Revisão de Texto: Anderson Pires de Souza

Ficha catalográfica



Catálogo na Fonte: Bibliotecária Amanda das Neves Pinto Silveira – CRB10RS-2836/0

Equipe Técnica

Coordenação Técnica e Executiva

Débora Amaral (Coordenadora Trabalho Técnico Socioambiental FURG) Anderson Pires de Souza (Pesquisador) Nádia Regina Pereira Fôlha (Coordenadora Trabalho Técnico Social Prefeitura Municipal do Rio Grande)

Diagnóstico Socioeconômico

Luciene Mourige Barbosa (Mestre em Antropologia Social – Pesquisadora em Antropologia); Anderson Pires de Souza (Doutorando em Educação Ambiental – Pesquisador e Educador Ambiental); Tatiane Goudinho da Costa (Mestre em Educação), Jocelim Regina Lilja Pardo (Pós-Graduada em Gestão Social – Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos).

Apresentação

O Diagnóstico Social é o instrumento que possibilita conhecer a realidade do território e a dinâmica social da área de abrangência da intervenção. O mesmo está previsto no Trabalho Técnico Social (TTS), recomendado no COTs (Caderno de Orientações Técnicas) da Caixa Econômica Federal. O Diagnóstico trata-se de uma leitura da realidade e ponto de partida para o processo de planejamento das intervenções sociais. O território é um espaço de relações sociais, de construção da sociabilidade e de convivência e, conseqüentemente, o diagnóstico deve procurar captar as relações sociais, conflitos, limitações e potencialidades nele presentes. Desse modo e cumprindo com essa recomendação, o que se apresenta a seguir é o Diagnóstico Socioeconômico dos conjuntos residenciais Getúlio Vargas I e II, realizado no segundo semestre do ano de 2022.

Sumário

1. Introdução	8
2. Objetivos deste Diagnóstico Socioeconômico	9
3. Metodologia	9
4. A área de estudo e amostragem	11
5. Município de Rio Grande: uma região de “convergência cultural” - Povoamento (dos primeiros habitantes à chegada dos europeus), por Anderson Pires de Souza	14
5.1 A posse do território e o estabelecimento do acampamento militar do Rio Grande de São Pedro do Sul	15
5.2 Cidade de Rio Grande: Breve abordagem sobre os aspectos socioeconômicos	17
5.3 Expansão urbana: terrapleno oeste e o surgimento da Vila do Cedro – Bairro Getúlio Vargas	20
5.4 Vila do Cedro – Bairro Getúlio Vargas: uma abordagem histórica	21
6. Conjuntos Residenciais Getúlio Vargas I e II: as famílias beneficiárias e o processo de reassentamento	28
7. Análise e interpretação do questionário socioeconômico das famílias beneficiárias dos Conjuntos Residenciais Getúlio Vargas I e II	31
8. Conjunto Residencial Getúlio Vargas I	37
8.1 Perfil sociodemográfico Residencial Getúlio Vargas I	37
8.2 Emprego e Renda	39
8.3 Organização e saúde da família	42
8.4 Principais problemas enfrentados com o processo de mudança	45
8.5 Principais problemas enfrentados na organização do condomínio	47
8.6 Taxa condominial	49

8.7 Despesas que não tem conseguido pagar.....	50
8.8 Considerações sobre aspectos que melhoraram com a ida para o condomínio.....	52
8.9 Aspectos que precisam melhorar nos condomínios.....	52
8.10 Mudança de vida com a ida para o condomínio	54
8.11 Reunião de condomínio.....	54
8.12 Considerações sobre aspectos que melhoraram com a ida para o condomínio	56
8.13 Aspectos que precisam melhorar nos condomínios	59
8.14 Mudança de vida com a ida para o condomínio	61
8.15 Reunião de condomínio	63
9. Conjunto Residencial Getúlio Vargas II	63
9.1 Perfil sociodemográfico Residencial Getúlio Vargas II.....	64
9.2 Programas Sociais	66
9.3 Emprego e Renda	68
9.4 Organização e saúde da família.....	70
9.5 O Condomínio: vivências e experiências de uma nova forma de morar.....	71
9.6 Principais problemas enfrentados com o processo de mudança.....	73
9.7 Problemas com a estrutura física do apartamento	73
9.8 Adaptação à vida em condomínio.....	75
9.9 Principais problemas enfrentados na organização do condomínio	75
9.10 Taxa condominial	76
9.11 Despesas que não tem conseguido pagar.....	77
9.12 Considerações sobre aspectos que melhoraram com a ida para o condomínio.....	78
9.13 Aspectos que precisam melhorar nos condomínios.....	79
9.14 Mudança de vida com a ida para o condomínio	80
9.15 Reunião de condomínio.....	81
10. Considerações finais para este Diagnóstico.....	83
11. Condomínios em imagens	86
Residencial Getúlio Vargas I	86
Residencial Getúlio Vargas II	89
12. Bibliografia.....	91

1. Introdução

A elaboração do diagnóstico tem como objetivo sintetizar a situação e o contexto que envolve a população diretamente impactada pela intervenção e, para tal, utiliza informações primárias e secundárias. Por esse motivo, não deve ficar restrito aos dados estatísticos e informações objetivas, mas considerar as disputas, a cultura local e o que pensam e sentem as pessoas que vivem, utilizam e compartilham os recursos presentes no território. O diagnóstico é uma matriz básica de dados e informações, complementada e enriquecida durante a execução do TTS, que orientará as escolhas metodológicas e as atividades a serem realizadas, pois permite identificar os caminhos de superação e de mudança.

Conforme esclarece Jannuzzi, o diagnóstico socioeconômico consiste numa tradução da realidade vivida por uma população em determinado espaço geográfico, por meio da utilização de indicadores de boa confiabilidade, validade e desagregabilidade que permeiam diversas dimensões da realidade social. Ainda de acordo com o autor, o diagnóstico é o retrato inicial de uma realidade que servirá de referência para auxiliar a decisão de questões prioritárias a serem atendidas, a elaboração de estratégias, programas e ações no âmbito das políticas públicas (JANNUZZI, 2005).

Este Diagnóstico Socioeconômico buscou abordar a realidade das famílias beneficiárias do PAC - Intervenção nas favelas que moram nos conjuntos residenciais Getúlio Vargas I e II. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Intervenção nas favelas (um dos eixos prioritários do programa do setor de infraestrutura), foi criado pelo Governo Federal no ano de 2007, cuja gestão ficava a cargo do extinto Ministério das Cidades; operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (CEF), com parceria e contrapartida de prefeituras municipais e/ou governos estaduais.

O PAC - habitação era destinado às famílias com baixa renda e em situação de vulnerabilidade social, cadastradas nas secretarias de habitação municipais. O presente trabalho foi executado pela equipe do Programa Educadores Sociais da FURG, tendo como proponente a Prefeitura Municipal do Rio Grande, não se atendo apenas aos dados

cartesianos, por assim dizer, mas procurando lançar o olhar para além, para o outro.

Com o intuito de contextualizar a área de estudo e de amostragem – o município de Rio Grande e os conjuntos residenciais, respectivamente; será feito um breve resgate referente aos aspectos históricos e socioeconômicos do município, dando enfoque para a conjuntura em que se originou o bairro Getúlio Vargas. Na sequência, será apresentada uma síntese do processo de remoção pelo qual passaram as famílias beneficiárias do PAC, seguido das análises e possíveis interpretações dos dados obtidos através da aplicação do questionário socioeconômico.

2. Objetivos deste Diagnóstico Socioeconômico

Como objetivo geral, está a construção de um conjunto de informações relevantes que possam contribuir para a caracterização do contexto socioeconômico das famílias beneficiárias moradoras dos Conjuntos Residenciais Getúlio Vargas I e II, localizados no Bairro Getúlio Vargas, município de Rio Grande (RS).

Constituem os objetivos específicos:

- Analisar e sistematizar os dados obtidos através da aplicação do questionário socioeconômico;
- Conhecer e compreender os problemas e as necessidades das famílias beneficiárias;
- Fornecer informações que possam servir como base para realização de futuras ações em forma de planos, programas e/ou projetos que beneficiem os moradores de ambos conjuntos residenciais;
- Fornecer dados para compor o relatório final do Trabalho Técnico Social.

3. Metodologia

O estudo para elaboração deste diagnóstico foi realizado nos Conjuntos Residenciais Getúlio Vargas I e II, situados no Bairro Getúlio Vargas, em Rio Grande –

RS. O RGV I possui 220 unidades habitacionais, enquanto o RGV II possui 70. Metodologicamente, a pesquisa apresentada é do tipo aplicada, de caráter descritivo, onde buscou-se por uma abordagem quanti-qualitativa e foi dividida em duas fases. Na primeira fase, foi realizada a coleta de dados, por meio da aplicação de um questionário e saída etnográfica (fotografada). Já na segunda fase, foi feito o levantamento de informações bibliográficas e referenciais teóricos, sistematização e análise dos dados obtidos no questionário socioeconômico. A seguir, serão detalhadas as duas fases da pesquisa.

Na primeira fase, para caracterizar socioeconomicamente os moradores dos residenciais GV I e II¹, foi aplicado um questionário semiestruturado, composto por 40 perguntas (fechadas e abertas), criado em meio virtual, no aplicativo *Google Forms* (Formulários do Google), que faz parte do pacote *Google Docs*²(Documentos do Google), onde foi gerado um link, enviado pelo *Whatsapp*, para que fosse respondido por um representante de cada unidade habitacional. Os questionamentos abordaram aspectos referentes aos dados pessoais, inserção em programas sociais do governo, atividades econômicas, núcleo e composição familiar, processo de mudança para o condomínio, estrutura física dos apartamentos, vivência no condomínio, despesas condominiais.

Aplicar o questionário, inicialmente, usando o meio virtual e as redes sociais, foi a opção pertinente encontrada para realizar o trabalho durante a pandemia de COVID -19, doença causada pelo Corona vírus SARS-Cov-2³. No contexto da pandemia, foram implementadas em escala global, medidas sanitárias de prevenção e proteção, como o isolamento e distanciamento social, intensificação da higienização de ambientes, uso de equipamentos de proteção pessoal (máscaras faciais e luvas). Em meados de 2020, surgiram os primeiros imunizantes e, com o avanço das pesquisas sobre a COVID-19, os planos de contingência sanitária e, principalmente, com vacinação da população em escala global, gradualmente a vida foi se direcionando a uma “normalidade”. Mesmo usando, ainda, medidas sanitárias de proteção coletiva e individual, foi possível retornar às saídas de campo nos residenciais e aplicar o questionário presencialmente, para

¹ No escopo deste trabalho, em algumas ocasiões abreviarei os nomes dos condomínios.

² Google Docs é um pacote de aplicativos do Google baseado em AJAX. Fonte: Google, disponível em: <https://www.google.com/search?q=google+docs&oq=google+docs&aqs=chrome..69i57j69i64.3066j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

³ No final de 2019, a doença se tornou a grande preocupação da população mundial, deixando uma quantidade extremamente significativa de pessoas doentes, bem como levando milhares a óbito. Em 30 de Janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto do SARS-Cov-2 como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Isso significa o mais alto nível de alerta da OMS, para uma doença, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional. Esta decisão procurou aprimorar a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus. Fonte: Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>, acessado em 15/10/2022.

auxiliar os moradores que não haviam conseguido acessar a plataforma virtual.

As saídas de campo foram realizadas pela equipe de pesquisa, organizadas junto às sindicâncias dos residenciais. A coordenação da equipe tomou ciência das unidades cujos representantes não haviam respondido ao questionário e organizou a abordagem “porta a porta”, ou seja, os pesquisadores foram nas unidades listadas, percorrendo todos os andares dos prédios, para aplicar o questionário, usando seus próprios aparelhos telefônicos. Durante os plantões da equipe em ambos residenciais e nas assembleias condominiais (integrantes da equipe estavam presentes) foi proporcionada a oportunidade aos moradores de receberem auxílio para responder ao formulário.

Estar em campo foi uma oportunidade não apenas de coletar dados, mas para conhecer as pessoas que foram beneficiadas por este programa. Nas breves conversas, que duravam enquanto o formulário era preenchido, foi possível saber um pouco sobre suas trajetórias. Quando abriam as portas de seus apartamentos, mundos particulares se abriam e estabelecia-se uma relação importante entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, os quais, por alguns instantes, eram nossos interlocutores.

Na segunda fase, foi realizado um levantamento de informações bibliográficas, cujo intuito foi elaborar o contexto histórico-geográfico-econômico do município de Rio Grande, bem como buscar referenciais teóricos para fundamentar a análise do questionário e elaboração do Diagnóstico Socioeconômico. Fazer um recorte abordando a história do Bairro Getúlio Vargas, universo em que estão assentados os residenciais, também foi objetivo desta fase. Assim, depois da coleta dos dados, os mesmos foram sistematizados, analisados e interpretados com a finalidade de caracterizar socioeconomicamente as famílias de ambos residenciais.

Os dados das questões fechadas foram analisados a partir de uma abordagem quantitativa, enquanto as questões abertas seguiram uma via de análise qualitativa. Após finalização do período da coleta de dados, foi realizada uma triagem para agrupar os moradores por conjunto residencial, excluir inserções repetidas na plataforma, optando por deixar no sistema o envio mais recente. As perguntas foram agrupadas em 6 eixos temáticos: Perfil sociodemográfico, Programas Sociais, Emprego e Renda, Organização Familiar, Saúde, Condomínio. As questões 1, 2, 3, 5, 6, e 7 foram excluídas por se tratarem de dados de identificação e documentais dos respondentes. O programa Excel foi usado para a tabulação dos dados e geração dos gráficos e das tabelas.

4. A área de estudo e amostragem

O estudo foi desenvolvido no município de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, abrangendo os conjuntos residenciais Getúlio Vargas I e II. A amostragem dos dados representa 100% da área total estudada, resultando num total de 289⁴ questionários aplicados em meio virtual e presencialmente. A área de estudo, tem um território de 2.698.077 Km², ocupado por uma população estimada de 212.881 pessoas (2021). Rio Grande se caracteriza por ser uma cidade portuária e, como tal,

“[...]sofre com a dinâmica mudança no modelo de acumulação do capital, sendo as populações próximas ao porto afetadas por tais mutações na forma de produção de riqueza. Os habitantes do BGV, especialmente os moradores próximos ao Porto, são pessoas pobres, com baixa instrução intelectual e com acesso deficitário aos direitos sociais básicos e à ideia de cidadania” (SOUZA, 2018, p. 31).



Figura 1: Imagem de satélite com a área de amostragem, os condomínios Residenciais Getúlio Vargas I e II (RGV I e RGV II). Fonte: GoogleEarth

Geograficamente, Rio Grande localiza-se na extremidade sul da Planície

⁴Das 220 unidades de apartamentos do residencial BGV I, uma encontra-se desocupada

Costeira do Rio Grande do Sul (PCRS), numa região definida como Estuário da Laguna dos Patos. Juntamente com o município de São José do Norte, delimitam o Canal do Norte, na Barra de Rio Grande, onde está a conexão da Laguna dos Patos com o Oceano Atlântico. Estudos geológicos e costeiros sinalizam que a PCRS é a mais ampla do país (TOMAZELLI & VILLWOCK, 2000), dispendo de uma diversidade de lagoas de água doce não vista em outras partes do mundo (SCHÄFER & MARCHET, 2000, p. 28).



Figura 2:Localização do município de Rio Grande, no extremo sul da Planície Costeira do Estado (PCRS) Fonte: Google Earth e Wikipédia.

A ampla extensão da PCRS é recoberta de mata nativa, banhados, campos, lagoas, lagoas, dunas e a praia, estendendo-se ao longo do litoral. A planície possui muitas características, mas há três que são responsáveis pela sua singularidade: a primeira é a existência de dois corpos de água de grande extensão em sua área, que são: a Laguna dos Patos (considerada uma das maiores do mundo, é um dos principais sistemas ambientais a nível estadual e nacional) e a Lagoa Mirim; a segunda é atribuída à sequência de lagoas menores entre as lagoas e o mar, o assim chamado “rosário” de lagoas costeiras e a terceira, a mais relevante de todas, é a presença de lagoas de água doce muito próximas ao mar (SCHÄFER & MARCHET, 2000). Em costas lagunares semelhantes existem, em regra, corpos de água salobra ou salgada. Lagoas costeiras de água doce são a grande exceção (Idem). Sua posição e características geográficas privilegiadas fizeram com que fosse alvo das disputas entre portugueses e espanhóis durante o período de expansão colonial e conquista de territórios.

5. Município de Rio Grande: uma região de “convergência cultural” - Povoamento (dos primeiros habitantes à chegada dos europeus)

Anderson Pires de Souza

⁵A região da Laguna dos Patos é uma área de “convergência cultural” desde séculos passados, mesmo antes da chegada dos colonizadores europeus. Sua ocupação (6000 anos A.P) foi feita por populações indígenas étnica e culturalmente diferentes, em períodos diferentes e localidades distintas. Estas populações humanas ocuparam e dominaram esse ambiente lacustre, articulando-se com a paisagem (MILHERA, 2011, p.1-3). A arqueologia apresenta-nos quatro culturas que, no decorrer de 6 mil anos, ocuparam o litoral: Sambaquis, grupos de pescadores-caçadores-coletores (região de Restinga da Laguna dos Patos tendo conexão com o mar); Povos Jê do Sul, ceramistas, historicamente conhecidos como Kaingang, “de matriz cultural Macro-Jê” (“porção norte da Laguna dos Patos a partir de 1300 A. P até a atualidade”); Grupos Cerriteiros, caçadores-pescadores-coletores (região pampiana e litorânea: sul do RS, território uruguaio e o nordeste da Argentina); “Grupos Guarani, provenientes da Amazônia, habitaram a região da Laguna dos Patos a partir de aproximadamente 900 A. P até a atualidade” (MILHERA, 2011, p.1-4).

A costa litorânea do Brasil passou a ser ocupada por europeus a partir do século XVI, sendo que, na região que compreende a Laguna dos Patos, esse processo ganhou mais intensidade a partir do século XVII, quando os povoadores portugueses e espanhóis passaram a disputar estas terras (Idem). Cabe ressaltar que este processo teve uma participação intensa das populações trazidas compulsoriamente como escravizados da África, a priori levados para o trabalho forçado nas zonas de gado (charqueadas) na região do município de Pelotas. Em meados do século XIX, uma segunda leva de europeus (italianos, alemães, dentre outras nacionalidades) chega à região, causando ainda mais impacto nas populações ameríndias, “pois foi um novo momento de conquista territorial” (MILHERA, 2011, p.4-5). As populações indígenas foram forçadas a abandonar seus locais tradicionais de moradia, conseqüentemente causando uma diminuição demográfica de grandes proporções em todo território nacional (Idem).

⁵ O Capítulo 5, produzido pelo Dr. Anderson Pires de Souza, pesquisador e educador ambiental, dialoga com a dissertação de mestrado e a tese de doutorado do autor.

Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6163438 e

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13776178

5.1 A posse do território e o estabelecimento do acampamento militar do Rio Grande de São Pedro do Sul

Entre os séculos XV e XVII, as coroas de Portugal e Espanha disputavam as terras do sul da América do Sul, particularmente pela parte oriental do Rio da Prata, cujas “fronteiras oscilaram durante séculos devido ao estabelecimento de tratados” (SOUZA, 2011, p. 34) que delimitavam os territórios. Nesse contexto geográfico, estão inseridas as terras do que hoje é a região da Planície Costeira do RS, onde situa-se o município de Rio Grande. O surgimento de Rio Grande está diretamente ligado à fundação da Colônia do Sacramento (Uruguai), que aconteceu em 1680, em decorrência de uma expedição portuguesa, comandada por Dom Manoel Lobo. Era “o marco mais avançado do Império de Portugal, ao sul da América Meridional” (SALVATORE, 1989, p. 27). A Colônia se conectava com a Villa de Laguna (SC), através do Caminho das Tropas que, geograficamente, uniu pontos de pouso, atividades de invernadas e comércio de animais. Além disso, o trajeto favoreceu a aproximação entre os habitantes de povoados da região, o que ocasionou um fluxo sazonal de peões, condutores comerciantes, tratadores e adestradores de animais (HAMAISTER, 2002 apud MOLET, 2018, p. 50).

Na extensão desse trecho do Caminho das Tropas, foram distribuídas sesmarias (MOLET, 2018, p. 50). “No Sul, para obterem uma sesmaria, os requerentes declaravam, comumente, condições de povoar as terras em gados e trabalhadores, em geral escravizados” (MAESTRI, 2010, p. 25). A frota, organizada por Francisco Brito Peixoto e comandada por João de Magalhães, se estabeleceu na parte norte da barra, onde seria a futura Vila de São José do Norte, e ali permaneceram para impedir que os castelhanos ou Tapes passassem para as campanhas do Rio Grande. O lusitano Cristóvão Pereira de Abreu (1680- 1755) acampou nas margens meridionais do “passo” do rio de São Pedro (Grande), à espera da expedição comandada pelo Brigadeiro José da Silva Paes (TORRES, 2008; QUEIROZ 1987; MAESTRI, 2010).

Silva Paes chega em 19 de fevereiro de 1737, oficializando o controle português da barra do Rio Grande, montando um acampamento e dando início à

construção de uma fortificação militar – o presídio Jesus–Maria–José. A construção veio a ser o primeiro núcleo da presença portuguesa no extremo sul do Brasil, colônia de Portugal. Sua instalação, entre Laguna e Buenos Aires, associada à condição de porto natural desempenhou um papel estratégico importante “na defesa e manutenção do território pelos portugueses”:

Este Forte gerou ao seu redor uma pequena aglomeração populacional. Dados os precários materiais com que foi construído, porém, foi suplantado, já em 1738, pela Fortificação do Estreito de Sant' Anna. De 1738 a 1749 havia, então, duas povoações - a do Porto e a do Estreito, mais populosa. A partir de 1747, o avanço das areias sobre a povoação do Estreito já havia feito a população praticamente abandoná-la. Em 1752, não havia mais nada além de traços da antiga povoação, cujas construções foram desmontadas para reaproveitamento do material nas edificações do Porto (SALVATORE, 1989, p. 29).

Por muitos anos, Rio Grande permaneceu como um acampamento militar e as condições de isolamento, tendo como agravante as características climáticas e ambientais, faziam com que fossem empregados esforços contínuos para sua manutenção (idem). Com a presença açoriana, inicia-se o trabalho agrícola na região, onde foi usada a mão-de-obra de negros escravizados. O fato é que os açorianos não poderiam dar conta sozinhos de todo o trabalho, inclusive, muitos tinham a posse de negros e os trouxeram no período da colonização (Laytano,1957). Isso significou um número expressivo de pessoas desta população dentro da estrutura social que se estabelecia (MAESTRI,1984).

[...] os brancos europeus não vieram à colônia para serem lavradores, como um camponês, acreditavam que vieram para dirigir, mandar, dominar e enriquecer em cima do trabalho escravo. Os primeiros habitantes que se estabeleceram na capitania não eram contrários a esta ideia, haja visto a presença de escravizados nas expedições. (CORCINO, 1894 APUD TORRES, 2008. p. 104).

Para povoar os novos territórios, casais chegados, sobretudo, de Sacramento e de Laguna, alojaram-se em Rio Grande. Terras próximas da aglomeração foram distribuídas especialmente àqueles que tivessem condições de povoá-las com animais e trabalhadores escravizados. [...] A triticultura garantia uma maior rentabilidade do que as tropas, permitindo a fixação de um maior número de luso-brasileiros, que se apoiaram na mão de obra escravizada (MAESTRI, 2010, p. 27).

Entre os anos de 1763 e 1776, a Villa de Rio Grande foi ocupada pelas tropas

espanholas, causando a deterioração do assentamento original e a dispersão da população açoriana, o que contribuiu para novas formações de núcleos de povoação. Após a expulsão dos espanhóis, foi necessário um trabalho árduo para tornar a Villa habitável (SALVATORE, 1989 p. 30). No século XVIII, Rio Grande se configurava como uma Vila Militar sem recursos a explorar (MARTINS, 2022).

Até 1780, a atividade exercida era a agricultura de subsistência e a cidade de Rio Grande ficou “totalmente dependente do abastecimento do mercado externo” (SALVATORE, 1989 p. 30). A partir desta data, começou uma intensificação das atividades portuárias, devido à perda da Colônia de Sacramento e o início do ciclo do Charque no Rio Grande do Sul, produto que viria a ser escoado pelo porto da cidade. No início do século XIX, a Villa do Rio Grande havia se tornado o principal centro de comércio do território, modificando sua histórica fundação militar (Idem). “O fato de o presídio do Rio Grande de São Pedro ter sido o primeiro núcleo da presença portuguesa no território gaúcho, que se transformaria em vila e, posteriormente, em cidade, já resguarda características históricas peculiares”. (MARTINS, 2022, p. 201). No entanto, a cidade iniciada com duas ruas, ainda no século XVIII – Rua Direita e Rua da Praia (atualmente General Bacelar e Rua Marechal Floriano, respectivamente), teve uma expansão lenta.

5.2 Cidade de Rio Grande: Breve abordagem sobre os aspectos socioeconômicos

Pode-se dizer que a “transformação” de Rio Grande em cidade tem início quando as charqueadas são introduzidas, pois o porto sediado em seu território desempenhava um papel fundamental na comercialização da carne que vinha dos rebanhos das campanhas gaúchas. (MARTINS, 2022, p. 219). O porto de Rio Grande exerce uma participação relevante na região desde os tempos coloniais, quando o estado era a Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul e o município de Rio Grande era ainda uma Vila. Era o único porto oceânico da capitania e essa era uma característica que tornava obrigatória a passagem por ele, das embarcações do comércio de cabotagem, carregadas de escravizados e produtos coloniais, que vinham de outras regiões da América, dominadas por portugueses. Somente após a passagem por esse porto é que se seguia o deslocamento por via terrestre ou fluvial para os destinos finais, pelo interior da capitania (BERUTE, 2006, p. 10).

Mas, sediar esse importante porto não foi suficiente para que as charqueadas

fossem estabelecidas em terras riograndinas; apesar das características climáticas e ambientais do município: ventos constantes e movimentação de areia fina, característica do solo arenoso litorâneo da região, terem sido barreiras para o empreendimento charqueador, ainda assim, foi pela cidade do Rio Grande que parte importante da produção de charque era escoada para outras regiões do país e do mundo (MARTINS, 2022, p. 219). A expansão da produção de charque ocasionou um crescimento urbano e melhorias no porto, “a dragagem do cais e a construção do porto em 1823 permitiram receber os navios com mais de 200 toneladas que, até então, atracavam no porto de São José do Norte, sendo a travessia feita por embarcações de pequeno porte” (QUEIRÓZ, MARIA LUIZA BERTULINE, 1987 p. 157 apud SALVATORE, 1989, p. 30).

A partir do século XIX, se desenvolveu uma riqueza comercial devida à atividade de exportação e importação. A industrialização financiada pelo capital gerado por esse comércio, juntamente com investimentos nacionais e internacionais de grande importância realizados no município, “acrescenta, como uma formação geomorfológica um outro “estrato” histórico (econômico e arquitetônico) à cidade (MARTINS, 2022, p. 219). Nem mesmo as disputas militares que ocorreram durante a Revolução Farroupilha (1835/1845)

[...] chegaram a destruir ou precarizar a vida urbana de Rio Grande, [...] já que a urbe marítima ficou nas mãos dos legalistas durante toda a guerra, além disso, voltou a sediar a capital da província para o Império no período (MARTINS, 2022, p. 220).

Se, de um lado, o acúmulo comercial oriundo das atividades de importação e exportação mercantis, que estava nas mãos de imigrantes de diversas nacionalidades, gerava riqueza “fazendo do Rio Grande um centro do comércio redistributivo no âmbito da província”, proporcionou que a cidade acumulasse capital nas mãos dos comerciantes; de outro lado, estavam os pecuaristas e charqueadores, que detinham o poder político e buscavam investimentos, como a construção de dois ramais ferroviários: um partindo de Rio Grande e outro, de Porto Alegre em direção às fronteiras do Uruguai e da Argentina, o que acarretou melhorias no setor de transportes (Idem).

Embora as terras de Rio Grande não tenham sido escolhidas pelo Império para que os imigrantes rurais, como os italianos, alemães, poloneses, entre outros de diferentes nacionalidades, se instalassem (pois foram para o norte do estado), sua localização geográfica agregou boa parte destes imigrantes - sejam aqueles que acumularam capital, ou aqueles que montaram suas empresas na cidade, com recursos vindos diretos do exterior, sem “terem passado pelo processo colonizador levado à efeito pelo Império” (MARTINS, 2022, p. 220). Imigrantes ingleses e franceses, que estavam

mais ligados às atividades de transportes e comunicações, se destacaram e instalaram empreendimentos, quando houve grandes investimentos nestes setores (Idem).

A prosperidade trazida pela intensificação do comércio foi responsável pela modificação da fisionomia da cidade, que já contava com construções sólidas e de bom aspecto, algumas preservadas até hoje, o que lhe imprime uma característica bem peculiar. Esta riqueza vai financiar e atrair a instalação de algumas indústrias importantes ainda no Século XIX (SALVATORE, 1989, p.30).

Surge um capital comercial em Rio Grande, que ganhou força devido a algumas características: uma elite comercial que emerge nesse período, inclusive a de origem lusitana, fazia questão de tentar reproduzir “as práticas culturais aristocráticas europeias, francesas e inglesas”, esta atitude servia para legitimar a superioridade das elites locais (BITTECOURT, 2001, p. 39). Essa elite social e econômica viria a se consolidar no período industrial; houve a fundação, em 1844, da Associação Comercial do Rio Grande, a primeira do Estado, que teve participação efetiva para as futuras obras de melhorias da Barra do Rio Grande (início de 1900); e a fundação do jornal diário *O Commercial* (1857), que tinha como objetivo divulgar e defender os interesses dos comerciantes (MARTINS, 2022, p. 76).

Outro setor importante para o desenvolvimento socioeconômico de Rio Grande foi o pesqueiro. Conforme aponta Solismar Martins, “o parque industrial pesqueiro sempre foi considerado um dos mais tradicionais setores industriais do município, devido à longevidade e ao pioneirismo desse ramo produtivo, este em termos de Brasil” (MARTINS, 2022, p. 200-201). Na segunda metade do século XX, especificamente nos anos de 1960, contava com atuação de 17 empresas para o beneficiamento e exportação a distintos mercados internos e externos.

O ramo pesqueiro absorveu uma grande quantidade de mão-de-obra operária, bem como de pescadores (Idem). O ápice do setor se deu no início dos anos de 1980, quando estavam em operação 27 empresas fabris atuando em diversas atividades comerciais (congelamento, salga, enlatamento, feitura da farinha, óleos e gelo) (BARBOSA, 2000, *apud* MARTINS, 2022, p. 202). Chegando a empregar 20.000 trabalhadores. A decadência do setor aconteceu a partir da segunda metade dos anos 80, a crise seria em decorrência de um complexo de fatores, “que resultaram na falência de boa parte das empresas instaladas” (Idem), bem como do Estado, que tinha se retirado como incentivador fiscal; assim como a redução de matéria-prima, pela pesca em excedente de determinadas espécies, embora tenham sido feitos decretos para

regulamentar a atividade pesqueira. O parque pesqueiro não significou o surgimento de uma classe média para o Rio Grande, pois os trabalhadores tinham baixa remuneração, além de, muitas vezes, trabalharem como temporários, a riqueza se concentrava nas mãos de poucos (Idem, p. 203).

Da década de 1930 até 1980, Rio Grande tinha uma atividade industrial promissora, com grandes investimentos no setor. No entanto, o perfil socioeconômico da população não tinha uma alteração significativa, pois isto não se refletia em uma melhoria das condições de vida de grande parte dos riograndinos. A renda continuava concentrada com a minoria empresarial, demonstrando “o caráter excludente, do ponto de vista socioeconômico-espacial, de largas parcelas das populações comuns a todos lugares/regiões onde estes grandes projetos de desenvolvimento foram/são implantados” (DOMINGUES, 1995 *apud* MARTINS, 2022, p. 205).

5.3 Expansão urbana: terrapleno oeste e o surgimento da Vila do Cedro – Bairro Getúlio Vargas

As obras de dragagem do cais e da construção do porto, concluídas em 1823, proporcionaram um crescimento urbano que modificou a paisagem. Neste mesmo período, foram aterradas a Rua Nova das Flores (mais tarde Rua da Boa Vista e hoje Rua Riachuelo), paralela à Rua da Praia, o que contribuiu para fortalecer as atividades comerciais e portuárias em desenvolvimento na cidade. A expansão das charqueadas e o escoamento de toda a mercadoria produzida através do porto “possibilitou uma melhoria da infraestrutura urbana”, como o “alargamento de algumas ruas e calçamentos das ruas mais centrais” e “expansão urbana em direção ao sul e oeste” (MARTINS, 2022, p. 74).

Durante o período em que a principal atividade econômica era a comercial, com destaque para o comércio de importação e exportação, que ocorreu por todo século XIX, Rio Grande expandiu-se. Dentro dos limites urbanos da cidade, estava presente uma “remodelação arquitetônica” e uma “renovação dos prédios, por parte das classes mais abastadas”. Em relação às pessoas de menor poder aquisitivo, as classes mais baixas da sociedade riograndina “moravam em cortiços, ou fora da área da vista dos que chegavam à cidade”. Alguns fatores são usados para explicar essa situação: Rio Grande era limitada por elementos geográficos naturais (dunas móveis e áreas inundáveis), os quais precisavam ser transpostos para que a área urbana pudesse ser ampliada; a área mais

apropriada para o desenvolvimento urbano, a oeste, “ainda estava limitada” pelas trincheiras (atual rua Major Carlos Pinto), que objetivavam “dar maior proteção contra uma invasão” (MARTINS, 2022, p. 93).

Apenas com o fim da Guerra do Paraguai foi possível expandir a malha urbana para oeste. Assim, se no período comercial a cidade cresceu rapidamente em relação aos aspectos urbanos e arquitetônicos (com calçamento de ruas, construção de prédios comerciais e administrativos, residências, templos religiosos, praças, clubes, biblioteca, entre outros), com a chegada da industrialização não ocorreu o mesmo.

“Certamente, isso diz respeito às funções específicas de cada atividade e ao meio técnico necessário para o desenvolvimento das mesmas. Outro fator é que as atividades comerciais atraíram pessoas tanto do interior do Rio Grande do Sul como de outras regiões do país e do mundo, no entanto, estas não necessitavam se fixar na cidade para desempenhar suas atividades. Isso se modificaria somente com a implantação dos primeiros parques fabris, o que acarretaria atração à fixação de mão-de-obra, ocasionando uma expansão urbana bem mais expressiva do que a registrada até aquele momento” (MARTINS, 2022,p. 93).

Na segunda metade do século XX, as atividades portuárias se desenvolveram em Rio Grande, este fato ocasionou um movimento de deslocamento de pessoas para as áreas adjacentes ao porto (SOUZA, 2018, p. 39). Assim, aconteceu um fluxo de pessoas que foram atraídas pelo desenvolvimento do Porto de Rio Grande e das indústrias, principalmente da Cia Swift. Estes migrantes viam, nas atividades portuárias e fabris, oportunidades de empregos e melhoria de vida, por este motivo, a área reservada para a expansão portuária começou a ser ocupada de forma irregular, dando origem à Vila do Cedro.

5.4 Vila do Cedro – Bairro Getúlio Vargas: uma abordagem histórica

“Esta vila foi construída da noite pro dia. [...] não faz quatro anos, isto era apenas um terreno baldio com meia dúzia de malocas. Depois, com a chegada de trabalhadores procedentes de outros municípios, com destino às fábricas de conservas e aos frigoríficos, transformou-se nisto [...]. Existe também muita miséria. Pessoas desempregadas que se alimentam só de chimarrão e canjica de milho. [...]. Se vai contar alguma coisa da Vila do Cedro, diga que isto aqui é uma cidade clandestina.... E se vai escrever sobre nós, diga que somos como um passageiro que embarcou num navio e que é obrigado a esconder-se porque não comprou passagem...”⁶

(Relato dado por moradora da Vila do Cedro. VILHENA, 1949, p. 49; 56).

⁶ Relato dado por moradora da Vila dos Cedros para reportagem intitulada “Cidade Clandestina”, da Revista do Globo, datada de 10 de dezembro de 1949, feita pelo jornalista Rui Vilhena. (Banco de Imagens e Efeitos Visuais – biev-UFRGS <https://www.ufrgs.br/biev/texto/cidade-clandestina/>)

O “terreno baldio” faz parte da área onde foi instalado o Porto Novo, denominado “terrapleno oeste”, localizando-se entre o porto e o centro histórico da cidade. A região, formada originalmente por marismas e banhados, foi aterrada com material proveniente do aprofundamento do canal de navegação (PIRES, REIS, TORRES & MAIER, 2020, p.11), empreendimento realizado pela *Cie. Française*⁷, que vendeu parte dos terrenos, com autorização do Governo Federal (OLIVEIRA, 2010). Este local aterrado se configurou em um “novo padrão de ocupação” em Rio Grande, “formado por mocambos e malocas, ou o que hoje se denomina favela” (MARTINS, 2022, p. 135). Embora seja difícil demarcar uma data inicial dessa ocupação, com base na numerosa correspondência entre as informações do poder público municipal e da diretoria dos Portos e Canais sobre a retirada das populações que habitavam o terrapleno oeste de modo impróprio, estima-se que as pessoas começaram a se instalar no local a partir da década de 1920 (Idem).

Outro fator que contribuiu para a chegada de novos moradores – ‘migrantes’, e para a expansão da ocupação do terrapleno oeste, foi a instalação do Frigorífico Swift, no ano de 1917, na cidade. A Cia. Swift S.A. do Brasil era uma empresa norte-americana do grupo *The Big Four*, de Chicago, cuja principal atividade de produção era a frigorificação de carnes e seguia o modo fordista: uma produção fragmentada e em larga escala. O frigorífico se estabeleceu em uma área de propriedade do porto novo de Rio Grande e tinha capacidade para abater até 1.000 reses/dia, contando com mais de 1.500 funcionários em sua folha de pagamento.

A Companhia arrendou 23 hectares no porto, ergueu um cais junto ao mesmo e mais 11 prédios destinados a: matadouro, depósito de ossos e azeite, manipulação de carne, serviços de funilaria, usina, bomba, escritórios de apontadores, oficina, administração, refrigeração, primeiros socorros - incluindo neste complexo um local para refeitório e vestiário dos funcionários. Assim, para colocar em prática o empreendimento foi preciso uma quantidade significativa de mão-de-obra (MARTINS, 2022, p. 136 -142). Ao citar Neves (1980), Martins aponta que a necessidade de muita mão-de-obra acabou atraindo elementos de outros municípios do Rio Grande do Sul,

“[...]transformando todo o terreno recuperado pela *Cie. Française*, numa gigantesca favela, conhecida na época como Vila dos Cedros, hoje Bairro Getúlio Vargas, em lugar do bairro planejado pelos engenheiros franceses” (NEVES, 1980, p. 84 apud MARTINS, 2022, p. 143).

⁷ A Compagnie Française des Oeuvres du Port de Rio Grande do Sul foi a responsável por executar a construção do porto, aterro da área denominada terrapleno oeste, dragagem de acesso e construção dos dois braços de pedras – molhes da barra do Rio Grande e de São José do Norte, o canal que dá acesso à Laguna dos Patos (MARTINS, 2022, p. 131).

No entanto, Solismar Martins diz que as primeiras habitações do Terrapleno Oeste foram as “casas pretas”, residências destinadas aos operários especializados e mestres de obras da *Cie. Française* (MARTINS, 1997, p. 28). As famílias de trabalhadores que se instalaram no local teriam construído seus casebres numa área disponível. Não dispondo de condições de morar em outras áreas da cidade, encontraram ali um local estratégico - próximo ao trabalho e ao centro.

Outro aspecto que contribuiu, também, para que os migrantes “escolhessem” esse local, estava relacionado aos parentes e amigos que já eram moradores da região e que os acolheram quando vieram para Rio Grande em busca de empregos nas indústrias (MARTINS, 1997, p. 92 e 94) e na construção do Porto Novo. Conforme salienta Carlos Oliveira (2010), esse fluxo migratório importante se estabeleceu entre as décadas de 1920 e 1950.

No início da década de 1940, durante a administração do prefeito Roque Aita Jr., Oliveira (2010) pontua que se observou uma preocupação acentuada para que os casebres, construídos no Terrapleno Oeste ou Terrapleno do Porto Novo, fossem demolidos. Assim, iniciaram-se as remoções intraurbanas, sendo intensificadas ao longo do decênio de 1950, dos mocambos e malocas que formavam a paisagem da Vila dos Cedros e da Vila Santa Tereza. Ambas vilas há muito tempo se localizavam na área entre o centro histórico e o Porto Novo. As pessoas que estavam assentadas nestas áreas de remoção seriam deslocadas para outras localidades da cidade, conseqüentemente, promovendo a ocupação de novos lotes para moradia (MARTINS, 2022, p. 185).

“A Prefeitura Municipal e a Administração do Porto foram os principais promotores dessa remoção. Se a Prefeitura Municipal tencionava ‘higienizar’ e urbanizar a referida área do terrapleno oeste, a administração portuária buscava continuamente ampliar as atividades naquela área da cidade, argumentando com a necessidade de que a municipalidade executasse tais retiradas” (MARTINS, 2022, p. 185).

No contexto das remoções das pessoas da área portuária, Carlos Oliveira traz um dado relevante:

“No final de 1941, haverá intensa troca de correspondência entre o Prefeito e a Diretoria de Obras e Viação (DOV). Neste período, o responsável pela DOV apresenta a relação de moradores que “residem em casas de madeira, sem prévio consentimento desta municipalidade, construídas na área fronteira ao Novo Pôrto, e que foram intimadas a demolir as referidas casas”. Nesta ocasião, é enfatizado o fato de se tratar de “gente paupérrima”, sem recursos para obterem outro meio de habitação, dificuldade esta que “cresce à vista da grande falta de casas que se verifica na cidade, muito principalmente para a classe operária”. Por fim, é sugerida a concessão de outra área de terreno devoluto, de propriedade do Poder Público, na qual “possam esses desprovidos da sorte

Um decreto estabelecido em junho de 1945 – Decreto 324/45 – fixa zonas de permissão para construções de habitações econômicas de madeira, porém, periféricas ao centro urbano (SALVATORE, 1989, p.33). A assinatura do documento oficializa a mudança da postura do governo municipal frente ao problema de habitação, bem como “marca o início de uma ocupação mais sistemática da Vila do Cedro” (OLIVEIRA, 2010, p. 4). Em 1948, esta área teve sua ocupação reconhecida, fazendo exceção à área destinada aos serviços portuários. No mesmo período, por meio da Lei 46/48, de 05 de abril de 1948, foi aprovado o projeto de urbanização da zona sudeste de Rio Grande. Na ocasião, as terras pertencentes à jurisdição do Porto foram incorporadas, mesmo que moradores do Cedro já estivessem assentados nela (SALVATORE, 1989, p.33).

Carlos A. de Oliveira assinala que, em 1950, a Cia Swift e o Porto Novo figuravam como as maiores fontes de emprego em Rio Grande. Neste momento, a prefeitura buscou regularizar a ocupação dos terrenos do entorno, que eram de propriedade do Governo Estadual, representado pelo Departamento de Portos, Rios e Canais (DEPREC). Essa regularização foi um meio de garantir que a mão-de-obra estivesse disponível perto do local de trabalho. Conforme o autor, havia uma parcela significativa de trabalhadores na zona portuária que moravam na Vila do Cedro, nas áreas de serviços que estavam localizadas entre a Rua Barroso e o Porto Novo. Este fator justificava a necessidade de urbanizar o local (OLIVEIRA, 2010, p. 4-5). Oliveira destaca que, no relatório da Prefeitura Municipal de 1948, é indicado o seguinte:

“[...] esta gente se radique, em habitações decentes, nesta zona devidamente urbanizada, mesmo porque a cidade não dispõe de outra área em que possa situá-la, a menos que se pense em fazê-lo a uma distância de 7 quilômetros, isto é, nas proximidades da base da Península urbana, o que seria um contrassenso”. “[...] assegurar um teto decente para o ser humano é contribuir com um lar ordeiro para a sociedade.” “[...] a área do Terrapleno Oeste do Novo Porto, onde se acham as chamadas Vilas Santa Tereza e Cedro ainda não se libertou das condições enlaientes que até hoje têm impedido que sejam tomadas medidas capazes de resolver o problema de malocas nela existentes” (OLIVEIRA, 2010, p. 5).

Oliveira, ao citar o Dossiê “Casas do Cedro” da Divisão de Assistência Social da Prefeitura Municipal do Rio Grande, de 18 de março de 1945, diz que era comum encontrar no Cedro casas construídas com tábuas de caixão, cobertas com capim e latas

⁸ **Dado trazido pelo autor Oliveira (2010):** Cf. Of. 365/41, que apresenta uma relação contendo 95 pessoas autuadas no Terrapleno Oeste, como infratoras do Código de Edificação do Município. Apesar de não constar a ocupação destas pessoas, cotejando com o fichário do SERG, identificou-se 12 estivadores. Arquivo Municipal do Rio Grande. (Pasta 1129 – “Construção de Casas do Cedro”).

usadas, onde chegavam a habitar famílias numerosas. Sobre as condições de vida e moradia das famílias, o relatório de 1948, citado por Oliveira (2010), ressalta que foram verificadas diversas situações onde casais com dois ou até cinco filhos moravam em duas, ou uma única peça. “As condições de moradia não eram boas” e, assim, decorreram problemas sociais, “como a tuberculose, a mortalidade infantil e a perversão moral” (OLIVEIRA, p. 6, 2010). Os gestores municipais argumentavam que estes “males” deveriam ser combatidos em “sua origem”, segundo o parecer deles:

“[...] não será com ambientes viciados, sem ar e sem luz, com locais acanhados onde a promiscuidade campeia e a perversão se provoca, que se hão de diminuir terapêuticamente os índices alarmantes daqueles males em nossa cidade [...]” (IDEM, p. 6).

Na perspectiva dos gestores municipais, as más condições de habitação em que as pessoas do Cedro viviam contribuía para sua degeneração, tanto física (trazendo problemas de saúde), quanto moral, favorecendo a ocorrência de atos promíscuos e até estimulando a violência. Esses fatores faziam com que os moradores da Vila do Cedro fossem vistos pela sociedade como pessoas perigosas, sendo elas colocadas às margens da sociedade riograndina. Oliveira argumenta que as autoridades municipais, ao construir esses estigmas, recuperam “o discurso higienista do começo do século” (OLIVEIRA, 2010, p. 6). De forma sucinta: “uma das principais manifestações do discurso higienista era a preocupação com um conceito não muito claro de progresso da nação. Nesse sentido, não haveria progresso sem indivíduos saudáveis e produtivos” (JUNIOR & CARVALHO, 2012, p. 440).

O Cedro era visto como uma favela, com suas vielas, becos, ruas de terra e lodo, sem infraestrutura. As casas foram se acomodando no espaço, sempre que a paisagem ia se modificando com a chegada de mais pessoas. O Cedro tinha uma imagem de bairro violento, como diz Oliveira “lugar infestado de marginais, gente de má índole” (OLIVEIRA, 2010, p.10). No entanto, o que compensava a falta de segurança e as péssimas condições de moradia era a proximidade do local de trabalho, que gerava uma economia de tempo e dinheiro, o deslocamento até o local do trabalho era mais rápido. Rio Grande enfrentava escassez de habitação, os aluguéis tinham um preço elevado, particularmente para quem vinha tentar uma oportunidade na indústria ou no Porto. Algumas pessoas procuravam pensões para ficar, no entanto, a maior parte dos recém-chegados acabava se instalando no Cedro.

Em 1950, a prefeitura havia assumido o compromisso de reurbanizar a área do terrapleno oeste, este decreto rompia com o mesmo e determinava que nas quadras onde

houvesse “número de casas superior ao de lotes, as dimensões para lavratura do contrato de Promessa de Compra e Venda serão tomadas pelas dimensões existentes atualmente nas testadas do terreno” (MARTINS, 2022, p. 185).

A determinação citada acima anulava, também, as dimensões de 250 metros quadrados pretendidas pelo plano para cada lote do terraplano oeste em 1950. Constata-se uma vitória dos moradores em continuar morando nos terrenos que já tinham sido ocupados. No entanto, o Decreto nº 2001 acabou com as remoções de casas do chamado terraplano oeste, já que outros deslocamentos seriam necessários devido à necessidade de expansão dos serviços portuários. Conforme relação de loteamentos aprovados pela Prefeitura Municipal, consta a Vila dos Cedros, hoje Bairro Getúlio Vargas, como bairro oficial a partir do ano de 1957, com uma área de 557.918,00m², com 641 lotes distribuídos em 35 quadras (SALVATORE et al. 1989, p. 62-63).

Em 4 de agosto de 1960, o prefeito Horácio Ubatuba de Faria assina o Decreto nº 2201 para finalizar as remoções das casas do chamado Terraplano Oeste, sob o argumento de que as “transferências estavam prejudicando o desenvolvimento do populoso bairro”, aliado a este fator, a “prefeitura municipal não dispunha de outros terrenos para casas excedentes” (MARTINS, 2011, p. 185-186). Percebe-se que reassentar as famílias em outras localidades não era uma ação viável, dado a problemática da falta de lotes disponíveis. Este decreto assinado pelo prefeito em exercício rompia com o compromisso que a gestão municipal havia assumido no ano de 1950, que era de reurbanizar a área.

Ainda na década de 1960, a Cia Swift encerrou suas atividades, fazendo com que Rio Grande entre em um grande quadro de desemprego. As consequências foram o aumento de pessoas vivendo de forma miserável, roubos, agressões, mortes, consumo de drogas e prostituição. Estes problemas foram abordados de forma invasiva pela imprensa local, tendo como cenário principal o Cedro (CIPRIANO & MACHADO, 2013, p. 4). A realidade que se apresentava:

“[...] de prostituição e drogadição - fomentada pela falta de perspectivas de trabalho e renda – serviram como fonte de legitimação e propaganda governamental e midiática em favor de todo um processo de “higienização” social que apregoava a remoção das chamadas malocas no BGV, vistas como responsáveis pela degradação dos cidadãos e a instabilidade social e política” (CIPRIANO & MACHADO, 2013, p. 5).

Os problemas mencionados foram usados para justificar as intervenções na zona portuária, por parte do poder público. O objetivo foi “limpar” os elementos indesejados e liberar aquelas áreas destinadas à expansão portuária. A zona, em especial, era o Bairro Getúlio Vargas, que representava a degradação da cidade e ameaçava a sociedade. Desse modo, as remoções, que já haviam acontecido na década de 40 e 50, retornaram nos anos de 1970. Porém, o contexto era mais amplo, devido ao aumento da

população e da organização complexa. A remoção das casas iria trazer “espaços para abertura de ruas, construção de silos e armazéns, edificação dos estabelecimentos portuários-industriais”, que seriam necessários à instalação de futuros grupos econômicos.

Cipriano & Machado (2013), ao citarem Oliveira (2000), argumentam que as remoções das casas tinham um duplo significado. Por um lado, significou o distanciamento de um número relevante de trabalhadores portuários do entorno de seu ambiente de trabalho, separando as funções do morar e trabalhar. Numa outra perspectiva, significou a oportunidade de ter seu próprio terreno escriturado, uma vez que as ocupações na área do Porto eram irregulares (p. 5- 6). Os autores esclarecem que, mesmo diante de aspectos positivos, que era ter um título de propriedade:

“[...] é inegável que toda esta mudança territorial que elas traziam colocava em questão toda vida material e simbólica edificada pelos moradores do BGV durante décadas, o que representava a ruína de todo um universo construído e preenchido de significado para os seus habitantes” (CIPRIANO & MACHADO, 2013, p.6).

Assim, no período que compreende maio de 1971 e março de 1973, cerca de 1.000 moradias foram removidas com o uso de tratores (incluindo estabelecimentos comerciais) das adjacências do Porto Novo para outros bairros mais distantes (CIPRIANO & MACHADO, 2013, p. 6). Interessante trazer um esclarecimento de Solismar Martins (1997), sobre o uso da expressão “remoção de casas”. As casas eram sempre de madeira e era muito comum, nos anos 60 e 70, removê-las inteiras, passando pelas ruas da cidade do seu local de origem até os terrenos para os quais deveriam ser assentadas. As telhas, feitas de barro, eram retiradas, pois significavam um peso para o transporte (p. 42). A remoção das famílias interferiu nos rituais dos trabalhadores, que era o ir e vir pelas ruas do centro da cidade e adentrando o bairro, mudou o modo de vida que as pessoas haviam construído ao longo de anos. Corroborando com Martins (2011),

“[...] partimos do princípio que moradores são pessoas que moram. Morar contém o habitar com outros seres vivos e agrega as dimensões humanas de suprir a necessidade de proteção para repor energias e as dimensões do desejo de identificação e reconhecimento. A concretude é que aqueles moradores moravam e moram em áreas portuárias e com todas as vicissitudes das suas condições de moradia, eles não apenas habitam, mas moram.” (P. 91)

“Habitar” é ocupar materialmente o território, enquanto que “Morar” é significar o lugar que habita, estabelecer vínculos, não apenas materiais, mas também simbólicos. Morar é dar sentido e sentir-se pertencente ao lugar que vive. A situação no local era de tensão e medo para os moradores, pois a qualquer momento, funcionários da DEPREC

poderiam entregar as notificações de remoção da residência. Em 3 anos, 964 famílias, aproximadamente 4 mil pessoas, foram removidas com suas casas e, considerando que esse processo “se estendeu até os anos 1980, a dimensão do problema social poderia até mesmo ser considerada de maior gravidade” (CIPRIANO & MACHADO, 2013, p. 7).

6. Conjuntos Residenciais Getúlio Vargas I e II: as famílias beneficiárias e o processo de reassentamento

Os programas sociais voltados para habitação são o meio de acesso a este direito para as famílias de baixa e/ou em vulnerabilidade socioeconômica. Os Conjuntos Residenciais Getúlio Vargas I e II são empreendimentos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Intervenção nas favelas, do eixo da habitação popular. Localizados, respectivamente, na Rua Dom Pedro II, 318 e Rua Bento Martins, 188, no Bairro Getúlio Vargas, um dos mais antigos da cidade, e são adjacentes ao Porto do município. O RGV I possui 220 apartamentos, distribuídos em 5 andares, a estrutura forma um U, ao centro. A área comum do condomínio que possui uma quadra desportiva, um salão social e um prédio com 8 salas comerciais, onde está instalado o CRAS (Centro de Referência e Assistência Social).

Já o RGV II conta com 70 unidades, distribuídas em 5 andares, numa estrutura em L, também possui um salão social, uma pracinha e um pequeno estacionamento. Os apartamentos são estruturados em sala e cozinha conjugadas, dois dormitórios e um banheiro. A priori, os moradores de ambos residenciais são oriundos do processo de reassentamento das famílias que ocupavam as adjacências do Pátio Automotivo do Porto de Rio Grande, no entanto, atualmente há uma pequena parcela que se mudou para os condomínios por outros meios (aluguel, compra e/ou troca de imóvel).

As famílias que foram beneficiadas com os apartamentos nos conjuntos residenciais estavam com suas moradias assentadas na área destinada à expansão do Porto Novo. Assim como nas primeiras ocupações irregulares no antigo Terrapleno Oeste, nos idos da década de 1920 e que perduraram por décadas subsequentes, estas pessoas, no século XXI, também encontram, nas adjacências portuárias, o local para habitar. Podemos inferir que o motivo o qual levou essa parcela da população a fixar suas casas na região, seja o mesmo dos primeiros migrantes e das ocupações que anteriores: o

trabalho na zona portuária; pela proximidade ao centro, por ter vínculos parentais, ou, ainda, pelas dificuldades financeiras para adquirir uma propriedade e/ou pagar um aluguel em outra localidade da cidade.

Tendo em vista a compreensão desse processo de reassentamento, para melhor caracterização da área estudada, será feita uma abordagem com base na dissertação de mestrado **“Olhares sobre os processos do Trabalho Técnico Social junto aos moradores reassentados nos conjuntos residenciais Getúlio Vargas I e II na perspectiva da Educação Ambiental transformadora”**, de autoria do pesquisador/mestre em Educação Ambiental Anderson Pires de Souza, defendida no ano de 2018, na Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Neste trabalho, o autor fez uma investigação sobre o desenvolvimento do Trabalho Técnico Social (TTS), realizado diante de uma perspectiva da Educação Ambiental crítica, dentro do contexto de reassentamento de moradores dessa ocupação urbana, na área destinada à expansão do Porto de Rio Grande.

Como já foi visto, os processos de expansão do Porto, há muitas décadas, impactam diretamente a população do BGV. O projeto expansionista, que gerou a remoção das famílias da área mencionada, foi a construção de uma avenida que liga a Rua Dom Pedro II à BR-392. De acordo com Souza (2018), desde 2007 já era prevista a construção desta via, um empreendimento que era exigência dos padrões internacionais relacionados ao tráfego de veículos, com objetivo de expandir o acesso ao Porto. Para cumprir tal exigência, era preciso fazer a remoção das residências que se originaram de um processo de ocupação junto ao muro do Pátio Automotivo do Porto e arredores (p,40). Assim,

“Buscando criar condições para isso, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Intervenção de Favelas, do Governo Federal, foram entregues para os moradores os Conjuntos Residenciais Getúlio Vargas I e II. Ambos abrigam 290 famílias, as quais foram reassentadas e contam com a intervenção e trabalho do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) [...] e da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), através da realização [...] de um Trabalho Técnico Social (TTS-PAC BGV), o qual atua em três eixos centrais: Mobilização e Organização Comunitária; Geração de Trabalho e Renda e Educação Sanitária e Ambiental.” (SOUZA, 2018, p. 40).

O Trabalho inicial realizado no Bairro Getúlio Vargas aconteceu no ano de 2017, em princípio, com 52 famílias, as quais foram removidas em função dessa expansão. O autor enfatiza que a questão da ocupação e da exclusão do espaço ocorre de forma articulada, pois, quanto mais proximidade da zona do porto - local de circulação de mercadorias e dinheiro decorrente das próprias transações mercantis portuárias, “a miséria e as condições de vida indigentes das populações” são maiores (p. 57). Souza ressalta o

entendimento de que a comunidade do BGV, particularmente os moradores dos conjuntos residenciais são “historicamente discriminados e que as decisões administrativas, por vezes, não levam em consideração a realidade desta comunidade” (p. 25). Foi um longo período de espera, cerca de 10 anos, desde o anúncio até o efetivo deslocamento das pessoas para o condomínio de destino.

O processo que antecedeu as remoções foi conduzido pela equipe do TTS, a qual, além de buscar a confiança e o respeito da comunidade, levou em consideração a relação frágil desta com os órgãos públicos envolvidos. Foram realizadas reuniões com o intuito de abordar assuntos referentes à chegada aos apartamentos, ao regimento, ao estatuto, ao destino de áreas comerciais, os encontros de formação com os moradores para uma maior compreensão da vida em condomínio, à eleição de síndico, entre outros (p. 27). A remoção acarretou mais de uma mudança para uma nova residência, para muitas foi uma mudança radical no modo de viver e conviver.

“Conviver coletivamente nas construções verticalizadas e, como em toda convivência coletiva, mágoas, desentendimentos, medos e demais circunstâncias atrapalham a possibilidade de um cotidiano minimamente ordenado” (SOUZA, 2018, p. 25).

Anteriormente acostumadas à sua individualidade, privacidade dentro de seus pequenos “territórios” (mesmo que as condições de habitação de alguns não fossem boas), as pessoas se viram diante de um modo de vida coletivo. Nas palavras de Anderson Sousa (2018), nos conjuntos residenciais se impôs uma “sociabilidade inexistente, ou existente, mas diferente” da que tinham (p. 25). A remoção das famílias e a mudança dos pertences para os residenciais foi feita pela Prefeitura Municipal de Rio Grande e, conforme informações extraídas do questionário socioeconômico, aplicado entre a segunda metade de 2021 e primeiro semestre de 2022, analisado para o presente trabalho; bem como em conversa informal com alguns moradores, a ação, para uns, foi considerada tranquila, sem dificuldades, enquanto que, para outros, aconteceu de forma muito invasiva, a medida em que iam se retirando de suas moradas, e as quais iam sendo demolidas pelos tratores.

É fato que os residenciais representaram melhorias de condições de moradia e esperanças de uma vida melhor para muitas famílias. Assim como aconteceu com as remoções das décadas de 40, 50, 60 e 70, o que, para alguns reassentados, sair da ocupação irregular no BGV significou ter um título de propriedade de um terreno, um espaço seu de onde não poderiam ser retirados novamente. Porém, para outros, nem tanto, como um respondente expressou no questionário “me senti expulso da minha

própria casa! ”. Assim como ocorrido no século passado, o reassentamento não apenas remove a materialidade das pessoas, mas também os símbolos e significados que aquela moradia representa. Como disse Martins (2011), os moradores do BGV não apenas habitam o bairro, eles moram no lugar.

Eles vivem e experienciam o cotidiano, suas ruas, seus becos, sua comunidade, sua cultura. Para algumas pessoas foi difícil deixar o lugar no qual viveram por muitos anos, onde construíram laços comunitários, sua identidade enquanto morador do BGV. Alguns moradores lembram com nostalgia de seus antigos “pátios”, manifestando o desejo de terem esse espaço privado. A nova vida em poucos metros quadrados, para alguns, tem sido fácil, mas, para outros, um desafio. Mas o fato é que cada morador, seja sozinho ou com a família, faz do seu apartamento, seu mundo particular.

7. Análise e interpretação do questionário socioeconômico das famílias beneficiárias dos Conjuntos Residenciais Getúlio Vargas I e II

O questionário socioeconômico foi aplicado para os moradores dos Conjuntos Residenciais Getúlio Vargas I e II, pela equipe do Programa de Educadores Sociais da FURG, formulado com 40 questões e disponibilizado na plataforma *Google Docs*, enviado através de um link para os residentes. Uma pessoa por família (apartamento) deveria responder às questões. A seguir, o layout do formulário na plataforma digital e as perguntas (as com asterisco deveriam ser obrigatoriamente respondidas):



The image shows a screenshot of a Google Docs form. The title bar at the top reads "DADOS POR FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS RESIDENCIAL BGV I E II". Below the title, the text "Programa Educadores Sociais da FURG" is visible. The form contains two questions:

1. Nome do Morador (a) que está respondendo o formulário *
2. Reside em qual condomínio? *

Question 2 has two radio button options: "BGV I" and "BGV II".

Figura 3: layout do questionário na plataforma *Google docs*.

“DADOS POR FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS RESIDENCIAL BGV I E II” -(questões):

1. Nome do Morador (a) que está respondendo o formulário:*
2. Reside em qual condomínio? *
 - BGV I
 - BGV II
- 2.1. Qual o número do seu apartamento?
- 2.2. Sua família é proprietária do imóvel, aluga ou mora por empréstimo?
 - Proprietários
 - Alugamos
 - Uso por empréstimo
3. Data de nascimento:
4. Estado Civil*
 - Casado (a)
 - Solteiro (a)
 - Divorciado (a)
 - União estável
 - Outros
5. Informe seu telefone:*
6. Você tem *Whatsapp*? Se sim, nos informe o número, para podermos criar um canal de contato contigo.
7. Nos informe seu CPF, seu RG e o número do NIS*
8. Possui cadastro único? *
 - Sim
 - Não
9. Qual sua escolaridade? *
 - Fundamental Incompleto
 - Fundamental Completo
 - Ensino Médio Incompleto
 - Ensino Médio Completo
 - Ensino Superior Completo
 - Ensino Superior Incompleto
 - Pós-graduação
 - Não frequentou a escola
10. Está inserido em algum programa social? *
 - Sim
 - Não
11. Se a resposta acima foi sim, nos diga qual:
12. Recebe benefício de prestação continuada? *
 - Sim
 - Não
 - Já recebeu
13. Se sua resposta na pergunta anterior foi “já recebeu”, nos conte porque não recebe mais:
14. Recebe bolsa família? *
 - Sim
 - Não
 - Já recebeu
15. Se sua resposta na pergunta anterior foi “já recebeu”, nos conte porque não recebe mais:
16. Que tipo de atividade remunerada exerce? *

- Carteira assinada
- Autonomo
- Pensionista
- Aposentado
- Outros

17. Quem exerce a responsabilidade de prover financeiramente a família? *

- Pai
- Mãe
- Filhos
- Avós
- Outros

18. Existe atividades-extras para complementação da renda familiar? *

- Sim
- Não

19. Se sim, qual?

20. Quantas pessoas moram na residência? *

- 1 a 3
- 4 a 6
- Mais de 6

21. Nos conte sobre a composição familiar. Na sua família existem*

- Idosos
- Crianças de 0 a 12
- Adolescentes
- Pessoas com deficiência
- Outros

22. Existe familiar que apresente algum tipo de doença que necessite de tratamento? *

- Sim
- Não

23. Faz uso de medicação? *

- Sim
- Não

24. O familiar com doença tem acesso a tratamento específico?

- Sim
- Não

25. Se não tem acesso a medicação e tratamento nos conte porque:

26. Nos conte um pouco sobre o processo de mudança para o condomínio. Ele foi?

- Bom
- Ruim
- Com algumas dificuldades

27. Se houveram dificuldades, nos conte quais:

28. Quais os principais problemas enfrentados?

- Transporte para realização da mudança
- Carregamento da mobília
- Dar destino ao descarte que ficou
- Os prazos para realização da mudança
- Atendimento dos profissionais que auxiliaram no momento da mudança
- Outros

29. Com relação à estrutura física do apartamento, você enfrentou problemas com:

- Ligação da luz
- Pagamento da taxa de água
- Vidros
- Encanamento
- Pisos e acabamentos
- Outros

30. Como você avalia sua adaptação à vida no condomínio?

- Boa
- Ruim
- Ainda em adaptação

31. Quais os principais problemas enfrentados na organização do condomínio?

- Pessoas que não são moradoras com livre acesso ao condomínio
- Coleta do lixo
- Limpeza dos espaços comuns
- Animais sem donos

- Falta de local para pendurar suas roupas
- Som alto em horários ruins
- Outros

32. Com relação à taxa de condomínio, você estava ciente deste custo antes da mudança?

- Sim
- Não

33. Das despesas abaixo, qual você não tem conseguido pagar?

- Luz
- Água
- Taxa Condominial

34. Se não tem conseguido pagar, nos conte o motivo:

35. Nos conte algo que você considera que melhorou com a vinda para o condomínio:

36. O que você acha que precisa melhorar no condomínio?

37. A vinda para o condomínio mudou sua vida? Nos fale sobre

38. Qual o melhor dia para você participar de reuniões sobre o condomínio?

- Segunda
- Terça
- Quarta
- Quinta
- Sexta
- Sábado
- Domingo

39. E qual o melhor turno para realizar as reuniões?

- Manhã
- Tarde
- Noite

40. Tem condições de participar de reuniões virtuais?

- Sim
- Não

Após a finalização do período da coleta de dados, foi realizada uma triagem para agrupar os moradores por conjunto residencial, tendo como base as respostas da questão 2 “Reside em qual condomínio? **”. Na sequência, foram excluídas inserções repetidas na plataforma (moradores que haviam enviado o formulário duas vezes), optando por deixar no sistema o envio mais recente. A seguir, as questões fechadas foram quantificadas e, posteriormente, organizadas em tabelas. Para efeito desta análise, as perguntas foram agrupadas nos seguintes eixos temáticos: 1 – Perfil sociodemográfico (questões 4,8,9); 2 – Programas Sociais (questões 10 a 15); 3 – Emprego e Renda (questões 16 a 19); 4 – Organização e saúde da família (questões 20 a 25) e 5 – O Condomínio: vivências e experiências de uma nova forma de morar (questões 26 a 40).

As alternativas dadas nas questões fechadas são as variáveis na tabela, os números representam a totalidade de respostas na forma quantificada e em termos percentuais. As questões 1, 2, 3, 5, 6, e 7 foram excluídas por se tratarem de dados de identificação e documentais dos respondentes, não sendo de interesse para esse diagnóstico. Com base nas respostas sistematizadas e categorizadas, obtidas no questionário, foram delineados os perfis socioeconômicos dos moradores de ambos residenciais. Para análise e interpretação dos dados, as questões foram agrupadas por categorias: *Perfis Sociodemográficos*, *Programas Sociais*, *Emprego e Renda*, *Organização e Saúde Familiar* e *O Condomínio: vivências e experiências de uma nova forma de morar*,

Sobre o *Perfil Sociodemográfico*, cabe salientar que se caracteriza por uma análise, cujos estudos procuram captar dados e conclusões a respeito de uma distinta parcela da sociedade. A finalidade é “traçar uma linha de pensamento que inclua a dinâmica e as características” de um determinado expoente da população⁹. Os perfis sociodemográficos são ferramentas importantes para delinear ações e políticas públicas. Para traçar o perfil sociodemográfico dos residenciais, foram usadas as variáveis de Gênero, Estado Civil (Questão 4) e Escolaridade (Questão 9).

Os *Programas Sociais* consistem numa ação do Governo (Federal, Estadual e/ou Municipal), que visa trazer melhorias à condição de vida material relacionada à população. São atuantes nas lacunas deixadas na área social, que são causadas pelo sistema econômico e/ou quando o governo não faz ações. Para se beneficiar dos programas sociais governamentais, o cidadão precisa fazer o Cadastro Único, que consiste num registro que permite ao governo saber quem são e como vivem as famílias de

⁹ Targetdata – O que é perfil sociodemográfico? Disponível em: <https://www.targetdata.com.br/localizacao-de-clientes-inadimplentes/o-que-e-perfil-sociodemografico-e-como-ajuda-operacao-de-cobranca>

baixa renda no Brasil. Ele foi criado pelo Governo Federal, mas é operacionalizado e atualizado pelas prefeituras de forma gratuita. Ao se inscrever ou atualizar os dados no Cadastro Único, o cidadão pode tentar participar de vários programas sociais. Este tópico faz referência às questões de número 8, 10, 11, 12, 13, 14 e 15.

Na categoria *Emprego e Renda*, são trazidos os dados referentes ao tipo de atividade remunerada que o respondente exerce, quem é o provedor da família, se há atividades para complementação de renda familiar e quais seriam estas atividades (questões de número 16, 17, 18 e 19). Na categoria *Organização e Saúde Familiar*, foram quantificados dados referentes às respostas sobre o número de pessoas que moram na residência, como se compõe a família, (Questões, 20 e 21). Em relação à saúde, foi questionado se haveria algum membro na família portador de algum tipo de doença, que fizesse uso de medicação e precisasse de tratamento específico para tal e se teria acesso a medicações (Questões 22, 23, 24 e 25).

No tópico *O Condomínio: vivências e experiências de uma nova forma de morar*, os dados analisados e interpretados reportam-se às questões sobre o processo de mudança para ambos residenciais; como aconteceu; se houve dificuldades; quais os problemas que os respondentes enfrentaram, tanto no processo, quanto com as estruturas físicas dos apartamentos (Questões 26, 27, 28 e 29). Foi perguntado como avaliavam sua adaptação à vida e quais os principais problemas que enfrentam relacionados à organização do condomínio (Questões 30 e 31).

Outros pontos abordados neste item foram: (a) se estavam cientes da cobrança da taxa condominial antes de realizarem a mudança; (b) se estavam conseguindo pagar as despesas básicas (luz, água e a taxa condominial) e, se inadimplentes, quais seriam os motivos que levaram a isso (Questões 32, 33 e 34). Também foi questionado o que consideravam que havia melhorado com a ida para o condomínio, o que precisaria melhorar no lugar e se esta nova forma de morar mudara suas vidas (Questões 35, 36 e 37). Por fim, como o viver em condomínio implica em tomada de decisões coletivas, foi perguntado qual seria o melhor dia, turno e se haveria possibilidade para realizar reuniões virtuais (Questões 38, 39 e 40).

A sequência de apresentação dos dados se faz primeiro do Residencial Getúlio Vargas I e, posteriormente, do Residencial Getúlio Vargas II. Cabe salientar que a organização textual dos dados não tem o intuito de fazer uma comparação entre os dois residenciais, uma vez que o RGV I é proporcionalmente mais populoso que o RGVII, logo

apresenta dados mais extensos e situação mais complexa¹⁰.

8. Conjunto Residencial Getúlio Vargas I



Figura 4: Residencial Getúlio Vargas I

O Residencial Getúlio Vargas I possui 220 apartamentos, distribuídos em 5 andares, com sala e cozinhas integradas, dois dormitórios e um banheiro. O edifício foi construído em U, ficando a área de uso comum ao centro. Também conta com um salão de festas, centro comercial com 8 salas disponíveis para locação e um prédio do CRAS - Centro de Referência e Assistência Social. O total de questionários respondidos e enviados foram de 219, pois 1 unidade não estava ocupada no período em que os dados foram coletados.

8.1 Perfil sociodemográfico Residencial Getúlio Vargas I

Dos 219 questionários respondidos por um morador de cada apartamento, observou-se que 75% dos respondentes foram mulheres e 25% homens, este dado

¹⁰No decorrer das análises e interpretações os nomes dos residenciais podem se encontrar abreviados.

demonstra a predominância do público feminino no residencial, como proprietárias dos imóveis. Em relação ao Estado Civil, 60% dos respondentes se declararam solteiros (as), 14% são casados (as), 6% estão em regime de União Estável, 6% estão divorciados (as) e, na alternativa outros, que corresponde a 8%, 3 respondentes se declararam separados (as), 1 morando junto com companheiro (a) e 13 são viúvos (as). A média de escolaridade no condomínio é de Ensino Fundamental Incompleto (37% das respostas), seguido do Ensino Médio Completo com 30%. Um dado relevante, embora seja um percentual baixo, é que 7% dos que responderam às perguntas tiveram acesso a Universidade (Tabela 1).

A Tabela 2 traz o destaque para a variável “Estado Civil”, com o intuito de trazer mais informações sobre a presença em números significativos das mulheres. Do número total de mulheres que corresponde a 165, 64% se declararam solteiras no momento em que responderam o questionário. Esse número elevado leva a crer que algumas destas mulheres sejam responsáveis financeiramente por si mesmas, enquanto outras assumiram o papel de “chefe” de suas famílias. Na sequência, 15% se declararam casadas, 6% em regime de União Estável, 8% divorciadas, 7% na categoria outros - há 3 que estão separadas, 1 respondeu estar morando junto com companheiro e 8 são viúvas. Já os homens, 65% se declararam solteiros, 17% casados, 5% em união estável, 4% divorciados e dentro da categoria outros, a qual corresponde a 9%, há 5 viúvos.

A média de escolaridade entre as mulheres, conforme a tabela 3, também é de Ensino Fundamental Incompleto, com 37%, seguido de Ensino Médio Completo, com 32%. Somados os valores referentes aos dados do Ensino Superior, 6% delas tiveram acesso à universidade. Destas, 8 declaram estar com o Ensino Superior Incompleto, podemos inferir que elas possam estar cursando a graduação ou terem interrompido os estudos. Ainda temos 1 pós-graduada. Mesmo em menor número, somados, 9% dos homens tiveram acesso à universidade, sendo que 4 concluíram o Ensino Superior e 1 não (Tabela 3).

Tabela 1: Perfil sociodemográfico do Residencial Getúlio Vargas I

Variáveis	Nº total	%
Gênero	219	100
Feminino	165	75%
Masculino	54	25%
Estado Civil	219	100
Solteiros (as)	141	60%
Casados (as)	34	14%

União Estável	13	6%
Divorciados (as)	14	6%
Outros	17	7%
Separados (as)	3	-
Morando com companheiro (a)	1	-
Viúvos (as)	13	-
Escolaridade	219	100
Não frequentou a escola	5	2%
Ens. Fund. Incompleto	81	37%
Ens. Fund. Completo	19	9%
Ens. Médio Incompleto	34	16%
Ens. Médio Completo	66	30%
Ens. Superior Incompleto	9	-
Ens. Superior Completo	5	7%
Pós-graduação	1	-

Tabela 2: Estado Civil

Variável	Nº Total de Mulheres	%	Nº Total de Homens	%
Estado civil	165	100	54	100
Solteiros (as)	106	64%	35	65%
Casados (as)	25	15%	9	17%
União Estável	10	6%	3	5%
Divorciados (as)	12	8%	2	4%
Outros	12	7%	5	9%
Separados (as)	3	-	0	-
Morando com companheiro (a)	1	-	0	-
Viúvos (as)	8	-	5	-

Tabela 3: Escolaridade

Variável	Nº Total de Mulheres	%	Nº Total de Homens	%
Escolaridade	165	100	54	100
Não frequentou a escola	2	1%	3	5%
Ens. Fund. Incompleto	60	37%	22	38%
Ens. Fund. Completo	14	9%	7	12%
Ens. Médio Incompleto	24	15%	9	15%
Ens. Médio Completo	51	32%	12	21%
Ens. Superior Incompleto	8	-	1	-
Ens. Superior Completo	1	-	4	-
Pós-graduação	1	-	0	-

8.2 Programas Sociais

Como já foi mencionado, para poder ser beneficiário dos programas governamentais, o cidadão precisa estar registrado no Cadastro Único. 82% dos respondentes do RGV I declararam estarem registrados no CadÚnico (Tabela 4). Assim, sobre estarem inseridos em Programas Sociais, 35% dos respondes declaram fazer parte (Tabela 5). Os Programas Sociais declarados pelos respondentes, conforme Tabela 6, foram: Auxílio Emergencial, Devolve ICMS, Benefício de Prestação Continuada (BPC) LOAS, Tarifa Social de Energia Elétrica (para famílias com baixa renda), Programa Baixa Renda, Programa Criança Feliz e Bolsa Família/Auxílio Brasil. Destes, a maior adesão é ao Bolsa Família/Auxílio Brasil, com percentual de 86%. (Tabela 6). Especificamente sobre BPC/LOAS, 11% de respondentes alegaram receber o benefício, enquanto 1 respondeu que já recebeu, mas não declarou o motivo de ter deixado de receber o benefício (Tabela 7). Sobre receber o Bolsa Família/Auxílio Brasil, dos respondentes (Tabela 8), 32% recebem o benefício e 4% já receberam. Estes moradores alegaram não receber mais o benefício pelos seguintes motivos: bloqueio, terem outros benefícios, estarem trabalhando em regime de CLT (“carteira assinada”), alguns desconhecem o motivo.

Tabela 4: Registrados do CadÚnico

Variável Cadastro Único	Nº Total	%
	219	100
Possuem	175	82%
Não possuem	39	18%

Tabela 5: Inseridos em Programas Sociais

Variável Programas Sociais	Nº total	%
	219	100
Inseridos	77	35%
Não inseridos	142	65%

Tabela 6: Programas Sociais declarados

Variável Programas Sociais	Nº Total	%
	77	100
Auxílio emergencial	1	1%
Devolve ICMS	2	3%
Benefício de Prestação Continuada (BPC)/LOAS	1	1%
Tarifa Social de Energia Elétrica (luz baixa renda)	5	7%
Programa Baixa Renda	1	1%
Programa Criança Feliz	1	1%
Bolsa Família/Auxílio Brasil	61	86%

Tabela 7: Recebem BPC/LOAS

Variável BPC/LOAS	Nº Total	%
	219	100
sim	25	11%
não	193	88%
Já recebeu	1	1%

Tabela 8: Recebe Bolsa Família/Auxílio Brasil

Variável Bolsa Família/Auxílio Brasil	Nº Total	%
	219	100
Sim	71	32%
Não	139	64%
Já recebeu	9	4%

8.3 Emprego e Renda

Nesta categoria, observou-se que 27% dos respondentes trabalham em regime de CLT, isto é, com a CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada. A categoria do trabalho autônomo tem um percentual mais elevado, correspondente a 37 % das declarações de atividade remunerada. Observa-se, também, que 22% dos respondentes declararam ser aposentados e 2% pensionistas (Tabela 9). Dentro da categoria “outros”, que corresponde a 24% das respostas, além da declaração de outras atividades remuneradas, 17 respondentes informaram estar desempregados (Tabela 10).

No que diz respeito à responsabilidade de prover financeiramente a família, observou-se a mãe como sendo a responsável - 41% desempenham esse papel em seus lares; aos pais, corresponde 20% da responsabilidade; aos avós, 1% e aos filhos 7% (Tabela 11). Estes dados corroboram com o que foi mencionado, no tópico Perfil Sociodemográfico, variável Estado Civil em que

Mulheres, sobre todo algumas, assumem o papel de serem “chefes” de suas famílias. Dentro da categoria “outros” (Tabela 12), que corresponde a 35% das respostas, 69 pessoas declararam morar sozinhas e se manterem financeiramente. Deste total, cruzando estes dados com os nomes dos moradores que responderam ao questionário, observou-se que a maior parte corresponde a mulheres que moram sozinhas.

Em relação às atividades extras para complementação da renda familiar, do total de questionários respondidos, somente 12% afirmaram realizar alguma atividade e 88% não realizam (Tabela 13). As atividades extras declaradas estão listadas na tabela 14.

Tabela 9 : Atividade remunerada exercida

Variável Atividade Remunerada Exercida	Nº Total	%
	219	100
Carteira Assinada	59	27%
Autônomo (a)	82	37%
Pensionista	4	2%
Aposentado (a)	22	10%
Outros ¹¹	52	24%

¹¹ A categoria “outros”, é constituída de respostas complementares às questões fechadas.

Tabela 10: Outras atividades declaradas

Variável	Nº Total
Outros	52
Do lar	5
Doméstica	1
Recenseador em curso	1
Benefício do governo(BPC/LOAS/INSS)	7
Bolsa família/auxílio Brasil	3
Tarefaira	2
Faxineira	2
Diarista	4
Avulso	1
Militar temporário	1
“Encostado” INSS	1
Estatutário	1
Micro Empreendedora	1
Afastada do trabalho	1
Desempregados (as)	17
Não trabalha	4

Tabela 11: Responsabilidade de prover financeiramente a família

Variável	Frequência	%
Provedor Financeiro da Família		
Pai	46	20%
Mãe	94	41%
Avós	2	1%
Filhos	7	3%
Outros	82	35%
Total de respostas (1)	231	231%
Total de questionários	219	100%
Média de respostas por morador	2,31	

Tabela 12 - Outros provedores declarados

Variável	Nº Total
Outros	82
Casal	5
O respondente (mora sozinho)	69
O respondente e um irmão	1
Apenas um dos cônjuge (marido)	5
Recebe ajuda de vizinhos	1
Não responderam	1

Tabela 13: Atividades extras para complementação de renda familiar

Variável Atividade Extra	Nº total	%
	219	100
Sim	27	12%
Não	192	88%

Tabela 14- Descrição das atividades extras

Variável Atividade Extra	Nº Total
	27
Diarista	5
Diarista e aulas particulares para séries iniciais	1
Diarista em fábrica de pescados	1
Limpezas de pátios	1
Reciclagem	1
Pintura	1
Motoboy	1
Faxina	1
Faxinas e revenda	1
Artesanato (crochê)	1
Cuidadora	1
Auxiliar de creche	1
Confeiteira	1
Vendedor de doces	1

Padeiro	1
Não disseram a atividade	8

8.4 Organização e saúde da família

A maior parte dos apartamentos do Residencial Getúlio Vargas I é habitado por famílias de 1 a 3 pessoas, 68%. Famílias acima de 4 até 6 pessoas correspondem a 32% (Tabela 16). Na composição destas famílias (Tabela 17), observa-se uma grande presença de crianças entre 0 e 12 anos, 38%; seguido de adolescentes, com um percentual correspondente a 23%. Em terceira colocação, fazem parte: os idosos, com percentual de 10%; e pessoas portadoras de deficiência (PCD), 5%. Na variável “outros” (Tabela 18), 24%, corresponde a outras composições familiares declaradas pelos respondentes, que não constam nas alternativas, onde destaca-se o número de adultos que moram sozinhos, 25.

Questionados quanto à existência de familiar que apresente algum tipo de doença e que necessite de tratamento médico, 39% dos respondentes confirmaram a presença de alguém na família nesta condição. 61% responderam não haver familiar que precise de tratamento médico. Dos familiares que apresentam alguma doença, 41% fazem uso de medicação e 55% têm acesso a tratamento específico (Tabela 35). Os motivos dados para que não tenham o acesso a medicação consistem em: demora para fazer o diagnóstico da doença, espera de encaminhamento, falta de medicação no INPS, não ter condições financeiras de comprar. Ainda, algumas pessoas declaram que conseguem alguns medicamentos pelo SUS e precisam comprar os que não tem, ou que não são fornecidos pelo sistema público.

Tabela 15: Nº de pessoas que moram nos apartamentos

Variável Ocupação do Apartamento	Nº total	%
	219	100
De 1 a 3 pessoas	148	68%
De 4 a 6 pessoas	71	32%
Mais de 6 pessoas	0	0

Tabela 16: Composição familiar

Variável		
Composição familiar	Frequência	%
Idosos	29	10%
Crianças de 0 a 12 anos	112	38%
Adolescentes	67	23%
PCDs (pessoas com deficiências)	16	5%
Outros	71	24%
Total de respostas	295	295
Total de questionários	219	100

Tabela 17: Outras composições familiares

Variável	Nº total
Outros	54
Somente um casal	10
Respondente mora sozinho	25
Outras composições (pais e filhos adultos, apenas adultos)	19

Tabela 18: Familiar com doença que precise de tratamento médico

Variável	Nº total	%
Familiar com algum tipo de doença que necessite tratamento médico	219	100
Sim	85	39%
Não	134	61%
Faz uso de medicação	219	100
Sim	89	41%
Não	130	59%
Tem acesso a tratamento específico	219	100
Sim	83	55%
Não	69	45%

8.5 O Condomínio: vivências e experiências de uma nova forma de morar

Na pergunta que faz referência sobre “como havia sido o processo de mudança para o condomínio”, 57% dos moradores responderam que foi bom; 10%, que foi ruim; enquanto 30% alegaram que houve algumas dificuldades; 3% não responderam (Tabela 37). Ao responderem à questão aberta nº 27: “Se houve dificuldades, nos conte quais?”, vários problemas emergiram. 75 moradores responderam a esta pergunta e, em geral, as pessoas mencionaram problemas com a estrutura física do apartamento; com o espaço, uma vez que os apartamentos são pequenos; havia apartamentos que estavam invadidos; foram citados, também, a mudança, o convívio e a segurança.

Embora os percentuais de quem considerou o processo de mudança para o condomínio “ruim” e “com algumas dificuldades” tenham sido relativamente menor (somadas 87 respostas) do que aqueles que consideraram o processo “bom” (126 respostas), consideramos pontuar alguns relatos relevantes para compreender a dinâmica do processo de mudança e de vida no residencial BGV I.

“Contradições sobre ter ou não direito à moradia, este se encontrava invadido, tive que esperar uma ordem de reintegração, enquanto isso, dormia no chão do apartamento da minha mãe, com minha filha pequena e grávida, foi muito difícil, um "processo" longo e demorado, mas, apesar das dificuldades, consegui fazer minha mudança para poder dar uma vida mais digna para minha família...”¹² (Moradora 1)

A busca pela dignidade, desejo manifestado na resposta da Moradora 1, é o que as famílias almejam quando se inscrevem em programas de habitação social. Dois pontos devem ser destacados na citação: o direito à moradia e a invasão do apartamento por pessoas não cadastradas para receber o imóvel, o que leva a entrar com o processo de reintegração de posse, são as mesmas situações que foram relatadas por outros moradores¹³. Outra situação relatada foi a de um morador que não pode entrar no seu apartamento no dia da mudança, infelizmente, ele não explicou o motivo.

Durante as saídas de campo, alguns moradores comentaram sobre o dia da mudança: estava chuvoso, o que dificultou o processo; o transporte “deixou a desejar”; o atendimento dos funcionários da prefeitura que foram escalados para realizar o trabalho de remoção e transporte de suas mudanças, danificando alguns pertences; e a dificuldade

¹² Serão utilizados números para designar os moradores.

¹³ Mais um morador trouxe como dificuldade “contradições sobre ter ou não direito à moradia” e mais 5 moradores relataram ter o apartamento invadido e mais 1 relatou ter que fazer reintegração de posse.

de subir com os móveis para os andares superiores. Uma observação particular sobre a escada, esta foi projetada de uma forma que dificulta até mesmo o acesso de uma maca, em casos de necessidade de prestação de socorro. Estas dificuldades são expressas nas seguintes respostas:

“Pressa dos homens que estavam trabalhando que fez eu pegar tudo da casa com pressa e trazer tudo e subir tudo sozinha” (Moradora 2).

“Tiveram pouco tempo para retirar as coisas da casa e já começaram a destruir a casa” (Morador 3).

“Transporte dos móveis e a subida difícil” (Morador 4).

“Minhas coisas foram jogadas na beira escada” (Morador 5).

“Quebram móveis, televisão e caixas de piso” (Morador 6).

“Minhas coisas foram jogadas na beira da escada misturada com as de outros moradores” (Morador 7).

Quando a Moradora 2 relata “pressa dos homens que estavam trabalhando” e, por conta disso, precisou retirar suas coisas do veículo “com pressa”, levar para o residencial e “subir tudo” sem ajuda, os Moradores 5 e 7 dizem que suas “coisas foram jogadas na beira da escada”, o Morador 6 diz que “quebraram móveis”. Infere-se que houve descaso e falta de empatia aqueles que estavam lá para ajudar. Corroborando com esta atitude, temos o que responderam outros três moradores:

“Foi tudo uma correria, nem a chuva respeitaram, a gente mal tirava as coisas de dentro e eles já derrubavam” (Morador 8).

“Me senti expulso da minha casa!” (Morador 9)

“A falta de apoio dos órgãos responsáveis.” (Morador 10)

O estado em que encontraram suas futuras moradias foi motivo de transtorno para alguns dos beneficiários, pois a estrutura física dos apartamentos já estava danificada. Um morador alegou, inclusive, que “roubaram portas e outros utensílios dentro do apartamento”. Problemas estruturais nas áreas comuns do residencial também foram pontuados, conforme pode ser observado nesta resposta: “Entregaram pra mim com o vidro da porta quebrado” (Morador 11).

Tabela 19: Processo de mudança para o condomínio

Variável	Nº total	%
Processo de mudança para o condomínio	219	100

Bom	126	57%
Ruim	21	10%
Com algumas dificuldades	66	30%
Não responderam	6	3%

8.6 Principais problemas enfrentados com o processo de mudança

O principal problema enfrentado na realização da mudança, apontado pelos respondentes do Residencial Getúlio Vargas I, foi relacionado com carregamento da mobília, 19%; seguido do transporte para realização da mudança, 14%. Em terceiro lugar, foram os prazos para a realização da mudança, 13%; na sequência, foi o destino ao descarte que ficou no local da antiga moradia, 10%; e, por fim, o atendimento dos profissionais, 9% (Tabela 20). Na categoria “outros”, que corresponde a 8%, 22 respondentes não tiveram problemas, enquanto que 9 fizeram mudança particular. Desorganização, perda de pertences durante o percurso, ocupação irregular do apartamento foram apontados também nas respostas (Tabela 21).

Tabela 20: Principais problemas enfrentados no processo de mudança

Variável	Frequência	%
Principais problemas enfrentados		
Transporte para realização da mudança	38	14%
Carregamento da mobília	53	19%
Dar destino ao descarte que ficou	26	10%
Os prazos para realização da mudança	34	13%
Atendimento dos profissionais que auxiliaram no momento da mudança	24	9%
outros	46	17%
Total de respostas	272	
Total de questionários respondidos	219	
Média de respostas por morador	1,24	
Não respondeu	86	

Tabela 21: Outros

Variável	
outros	46
Não tiveram problemas	22
Fizeram mudança particular	9
Desorganização	1
Ocupação irregular	1
Perda de pertences durante a mudança	1
Não responderam	29
Resposta não coerente com a pergunta (as respostas se referiram à estrutura física do apartamento, adaptação ao novo estilo de moradia e convivência)	9

8.7 Problemas com a estrutura física do apartamento

Ao chegar nos apartamentos, os novos moradores se depararam com algumas situações inesperadas para quem vai receber um imóvel novo, recém construído. Através dos relatos dos moradores do residencial, extraídos dos dados do questionário, podemos ter uma melhor compreensão e visualização do que eles encontraram:

“A porta do apto não fechava, tomadas que não tinham os fios encaixados, o banheiro do andar de cima vaza no meu, inundações nos andares, em cozinha e quarto do de cima com perda de móveis; corrimão quebrado e enferrujado, esgoto vazando a céu aberto, fios submersos na água, falta de segurança, portões abertos, escuridão à noite, escadas com desnível nos degraus (prova quedas), falta de água frequente, bombas de água dando problema, entupimento de sanitário, a instalação de luz em “contato” com a do vizinho (vizinho liga o chuveiro, cai a minha energia)” (Morador 12, 2022).

“Houve dificuldade desde quando nós nos mudamos, desde as coisas quebradas e estragadas. Eu já tinha avisado que não queria morar no apartamento, deram a opção por uma casa que até hoje eu espero. [...] o entupimento vai desde vaso, a pia da cozinha; rachaduras e entre outros problemas que já é do conhecimento, tanto da síndica, quanto da prefeitura” (Morador 13, 2022).

“Infiltração no apto, problema na rede elétrica, no encanamento, falta de água” (Morador 14, 2022).

“Há rachaduras pelo condomínio, os apartamentos são muito úmidos, as paredes dos quartos vivem mofadas, muito vazamento na encanação, temos pouca bomba e fica sobrecarregada e acaba queimando” (Morador 15, 2022)

Observando atentamente as colocações dos moradores, percebe-se que todos mencionaram problemas referentes ao encanamento predial. Conforme os dados da tabela abaixo (22), 150 respondentes têm problemas com encanamento, um número elevado; seguidos de 99 que tem problemas com os pisos e acabamentos; 88 com problemas relacionados à ligação da luz; 79 com os vidros e 37 com pagamento da taxa de água.¹⁴ De acordo com os dados da tabela 23, percebe-se que os moradores também enfrentaram problemas relacionados às instalações hidráulicas e elétricas dos apartamentos e com o esgoto do condomínio, que em muitas vezes, acaba vazando e ficando “a céu aberto”. No relato do Morador 12, que traz uma descrição detalhada dos problemas, tanto de sua unidade, quanto do prédio, quando faz referência a ter “fios submersos na água”, fica iminente o possível risco de acidente - um choque elétrico - que poderia ter ocorrido com alguém. Outro indicativo de possíveis acidentes são as escadas que, conforme sua descrição, possuem desníveis nos degraus, o que pode levar a quedas.

Tabela 22: Problemas com a estrutura física do apartamento

Variável	Frequência	%
Problemas com a estrutura física do apartamento		
Ligação da luz	88	18%
Pagamento da taxa de água	37	8%
Vidros	79	16%
Encanamento	150	30%
Pisos e acabamentos	99	20%
outros	40	8%
Não responderam	26	6%

Tabela 23: Outros problemas

Variável	
Outros	40
Não tiveram problemas	3
Problemas com infiltrações	10
Problemas de vazamento de água	10
Problemas com telhado	1

¹⁴ Até o momento da finalização da coleta de dados, a taxa de água ainda não era cobrada dos condôminos.

Problemas com esgoto/entupimento de fossas	2
Problemas com portas e janelas	4
Problemas com banheiro	1
Mofo nas paredes	2
Problemas com instalações elétricas	4
Quando chove entra água no apartamento	1
Entupimento da caixa de gordura	1
Iluminação do prédio	1

8.8 Adaptação à vida em condomínio

Morar em um condomínio faz com que os moradores precisem se adaptar à nova realidade de estar em um ambiente coletivo. Em relação a isto, 51% dos respondentes avaliaram como boa sua adaptação; já 18%, como ruim; e 29% se consideram “ainda em adaptação” (Tabela 25).

Tabela 24: Adaptação à vida em condomínio

variável	Nº Total	%
Adaptação à vida em condomínio	219	100
Boa	111	51%
Ruim	40	18%
Ainda em adaptação	64	29%
Não respondeu	4	2%

8.9 Principais problemas enfrentados na organização do condomínio

Os respondentes do RGV I consideram em primeiro lugar os problemas enfrentados na organização do condomínio, tais como: o livre acesso de não moradores ao residencial - 189 respostas referente a este problema; seguido de “circulação de animais sem dono” - que corresponde a 186 respostas. Na sequência, o problema do som alto em horários ruins afeta 183 dos respondentes; 181 veem problemas na limpeza dos espaços

comuns; 123 pessoas consideram a coleta de lixo um problema no condomínio; outras 118, a falta de lugar para pendurar as roupas (Tabela 26). Na categoria “Outros” (Tabela 27), os respondentes manifestaram essas insatisfações, dando mais detalhes sobre os problemas enfrentados:

“Coleta até tem, mas a seletiva no condomínio nunca teve, pra poder descartar lixo reciclável ou vidro etc.

Local para pendurar roupas tem, mas tem pessoas que roubam as roupas do varal e tenho que estender minhas roupas no varal de chão, que fica sempre dentro do apartamento” (RGVI, 2022)

“Restos de móveis e lixos, pelos corredores e pelas escadas. Sem iluminação, água com gosto ruim, pois caixas de água nunca foram limpas” (RGVI, 2022)

“Obras em horários impróprios, crianças até altas horas correndo e gritando nos corredores, som alto de música, que invade a madrugada (mesmo a síndica indo reclamar, as pessoas não respeitam) e também dos cultos, que vai até de manhã” (RGVI, 2022)

“Afinal tudo aqui é precário, são poucos que ajudam a manter organizado e uma quantidade enorme para bagunçar, lixo para tudo que é lado, escada fedendo a urina, “cocô” de cachorro espalhado pela escada, e assim vai...!” (RGVI, 2022).

Tabela 25: Principais problemas enfrentados na organização do condomínio

Variável		
Problemas com a organização do condomínio	Frequência	%
Pessoas que não são moradoras com livre acesso ao condomínio	189	18%
Coleta do lixo	123	12%
Limpeza dos espaços comuns	181	18%
Animais sem donos	186	18%
Falta de local para pendurar suas roupas	118	12%
Som alto em horários ruins	183	18%
Outros	37	4%
Total de respostas	1017	100
Total de questionários	219	
Não responderam	3	0%

Tabela 26: Outros problemas

Variável	
Outros	37
Falta de segurança	10

Falta de coleta seletiva para lixo reciclável	1
Furto de roupas dos varais externos	2
Falta de respeito entre os moradores em relação à convivência	9
Problemas com a estrutura física dos apartamentos	2
Falta de iluminação nas escadas e no condomínio	2
Falta de conservação e limpeza dos espaços externos do condomínio (lixos espalhados pelos andares)	3
Violência e morte	1
Consumo excessivo de bebidas alcoólicas	2
Drogas	2
Falta de água	1
Não tem problemas	2

8.10 Taxa condominial

A taxa condominial é o valor cobrado de cada condômino, tem por finalidade pagar as despesas relativas às áreas comuns do condomínio, bem como serviços, manutenção e melhorias. Com relação a esta taxa, 84% dos respondentes estavam cientes da cobrança antes de se mudarem para o condomínio, enquanto 14% a desconheciam (Tabela 28).

Tabela 27: Ciência sobre a taxa de condomínio

Variável	Nº Total	%
Morador estava ciente da taxa de condomínio	219	100
Sim	183	84%
Não	30	14%
Em branco	5	2%

8.11 Despesas que não tem conseguido pagar

Dentre as despesas da moradia, 52% dos respondentes informaram que não estão pagando a taxa condominial; seguido da despesa de luz, 28%; e de água, 20% (Tabela 29). Os motivos pelos quais as pessoas não têm conseguido pagar as despesas

estão relacionados, em primeiro lugar, a dificuldades financeiras, seguido do desemprego e o alto valor da taxa de energia elétrica (uma despesa que os moradores não tinham nas residências anteriores, pois a maioria puxava energia de forma irregular), conforme mostrado na tabela 30. Em relação às dificuldades financeiras, os respondentes argumentaram que:

“Não consigo pagar o condomínio porque está bem difícil as coisas, em questão financeira. Se eu pago o condomínio, não consigo pagar a luz. O valor do condomínio deveria ser mais baixo para ajudar a todos que moram aqui [...]” (Morador 21, 2022).

“No momento só meu companheiro está trabalhando, infelizmente, com o aumento do preço dos alimentos, o salário dele mal dá para pagar as contas, nós temos uma dívida de luz que não é nossa e que nós pagamos, a taxa do condomínio nós não pagamos, pelo fato que realmente não obra [...]” (Moradora 22, 2022)

Os relatos acima exemplificam a realidade de muitas pessoas em nosso país, que se encontram em vulnerabilidade social, passando por dificuldades financeiras. A “escolha” sobre qual despesa pagar; ou entre pagar uma despesa ou comprar alimentos é algo que muitas famílias estão tendo que fazer. Os valores altos das taxas também contribuem com a inadimplência. No entanto, no que se refere ao pagamento da Taxa Condominial, há moradores que não pagam por opção, porque não percebem melhorias no condomínio - afirmam viver *“em um condomínio que está precário, segurança zero, saneamento horrível, sujeira para tudo que é lado, cachorro espalhado e sem contar carrapatos [...]”*. Assim, foram citados como motivos para não pagar esta despesa: os problemas com a infraestrutura dos prédios, a falta de segurança e de manutenção e a não regularização do condomínio. Os relatos que seguem dão mais detalhes:

“Não pago condomínio porque não tem melhorias e nem segurança”
(Morador 24, 2022)

“Não é que não tenha conseguido, simplesmente não pago enquanto o registro do cnpj não for feito e desta forma eu possa ter meus direitos e deveres cobrados como condômino!!!!” (Morador 23, 2022)

“Pagava e não via retorno na manutenção do condomínio. Agora não pago porque a maioria não paga, e porque ainda não está regularizado. Assim que regularizar, eu volto a pagar. Paguei por uns 3anos”. (Morador 24, 2022)

“Paguei por bastante tempo, mas depois de 1 ano e meio não conseguia enxergar nenhuma mudança dentro do condomínio “.
(Morador 26, 2022)

“Aguardando organização e regularização da documentação do condomínio” (Morador 27, 2022)

“Por conta do CNPJ da síndica” (Morador, 28, 2022).

Sobre a despesa de conta de água, dizem que:

Querem fazer uma conta conjunta em que todos pagariam. Caso eu não usar a água do meu apto, tenho que pagar pelo vizinho que gastou água do apto dele. Porque não tem um valor específico para cada morador (Morador 28, 2022).

“[...] água porque não concordo com ‘rateio’ (divisão). Muitos desperdiçam. Tinha que ser cada um com a sua conta, porque se 5 não pagarem sua parte, os demais se prejudicam! Taxa de condomínio não vi nenhuma melhoria e quando tiver tudo em ordem e legalizado serei a primeira a querer ter tudo certo” (Morador 29, 2022).

Tabela 28: Despesas que não tem conseguido pagar

Variável		
Despesas que não têm conseguido pagar	Freq.	%
Luz	72	28%
Água	53	20%
Taxa condominial	135	52%
Total de respostas	260	100
Total de questionários	219	100
Média de resposta por morador	1,18	

Tabela 29: motivo pelo qual não tem conseguido pagar as despesas

variável	
Motivo pelo qual não consegue pagar as despesas	
Desemprego	38
Dificuldades financeiras (falta de dinheiro no orçamento doméstico)	49
Taxa de energia elétrica muito alta	12

8.12 Considerações sobre aspectos que melhoraram com a ida para o condomínio

Embora tenham passado por um processo de remoção, que apresentou dificuldade para a maioria dos moradores, e ainda tenham que passar por um processo adaptativo para viver num espaço coletivo, alguns respondentes consideraram que houve melhoria em alguns aspectos ao irem para o residencial. A tabela 31 mostra uma síntese do que foi citado, corroborando com os relatos a seguir:

“A situação da minha família, apesar de tudo, minhas filhas têm um lugar digno para viverem, mesmo com a desorganização que ainda existe, melhorou muito nossa estrutura familiar”. (Morador 30, 2022)

“Foi muito bom não acordar dia de chuva com os pés dentro d’água no chão de casa”. (Morador 31, 2022)

“Por ser perto do centro é mais acessível a supermercados e hospitais”. (Morador 32, 2022)

“Tudo melhorou, porque a casa onde morava era precária”.

(Morador 33, 2022)

“Antes, morava em casa de madeira em um estado bem ruim, hoje é de material tudo mais ajustado sem goteiras”. (Morador 34, 2022)

Percebemos que a localização - a proximidade com o centro histórico da cidade, é um ponto importante. Desde o início da formação do bairro, em 1920, esse já era um fator estratégico para as pessoas que foram se estabelecendo na região, uma vez que estar próximo ao centro facilita os deslocamentos e acesso a escolas, hospitais, postos de saúde e trabalho. Pode-se incluir o melhor acesso ao comércio para a aquisição de produtos e serviços. O segundo ponto positivo mais apontado é ter a própria moradia e, conseqüentemente, não precisar mais pagar aluguel ou morar por empréstimo, como foi citado pelos respondentes.

A conquista da “casa própria”, como foi citado em algumas respostas, foi algo muito significativo para as pessoas. Associado a isto, as condições de moradia melhoraram, para alguns drasticamente, pois moravam em casas precárias e até em condições insalubres. O novo lugar foi considerado mais seguro do que o local de origem por dois respondentes.

No entanto, a tabela mostra, também, um número de pessoas que não viram melhorias ao irem para o residencial. A insatisfação pode ser observada através dos seguintes relatos:

“Melhorou, mas também piorou, porque não tenho como pagar as contas.” (Morador 35, 2022)

“[...] Pessoas saíram de suas casas que não pagavam nada. E agora querem que a gente pague 3 tipos de contas” (Morador 36, 2022)

Apesar de terem a própria moradia e não precisar mais pagar um aluguel, a mudança para o residencial gerou mais despesa para as pessoas. Infere-se, lendo os relatos, que, no local em que estavam assentados, não pagavam as despesas de luz e água, devido ao fato dos terrenos não serem regularizados e pertencerem ao Porto de Rio Grande. A Taxa de Condomínio foi outra despesa gerada, mesmo que a maioria tivesse conhecimento sobre ela, a precária condição financeira de alguns condôminos contribui

para o não pagamento.

“Não tem ‘valeta’, porque os lixos ficam jogados nas escadas, muita bituca na frente do apartamento, sendo que não fumo e muito lixo no térreo do condomínio” (Morador 37, 2022)

“O antigo lugar, apesar de tudo, era mais seguro” (Morador 38, 2022)

“Somente a praticidade de ser mais perto do centro, porque a falta de segurança que temos acabou com meus sonhos” (Morador 39, 2022)

“Nenhuma, achei que viria pra cá e seria feliz, mas com a vinda foi só incomodação, minha filha faz terapia, entrou em depressão por morar nesse inferno, e os causadores da baderna dizem que não tem o que fazer, se tenho uma filha louca, eu que me mude” (Morador 40, 2022)

“Só porque no apartamento pude investir para melhorar, na casa que eu tinha, não podia, porque ia ser desmanchada! Mais espaço! Melhorias só da minha porta para dentro, porque as áreas em comum estão cada dia pior” (Morador, 41, 2022)

As “valetas”, que o Morador 37 se refere, existiam devido ao lugar anterior em que moravam não ter pavimentação nem saneamento básico, logo, mesmo que isso seja um aspecto ruim para as condições de moradia, ele considera que não há muito o que melhorou, pois as condições de insalubridade, com lixos espalhados, permanece no condomínio.

A Moradora 38 afirma que o lugar onde morava, mesmo que tivesse problemas com segurança, neste aspecto, ainda era melhor. A Moradora 39 apenas considera positiva a proximidade com o centro, pois não se sente segura e isso causou uma frustração. O relato da Moradora 40 evidencia uma relação de conflito, onde a expectativa e esperança por uma vida melhor não se concretizou. A Moradora 41 fala de um fato que foi percebido durante as saídas de campo, quando foi realizada a aplicação do questionário: o investimento no interior dos apartamentos, para ter mais conforto e, de certa forma, compensar o exterior, que causa incômodo.

Tabela 30: Considerações sobre aspectos que melhoraram com a ida para o condomínio

Variável	
Melhorias com a vinda para o condomínio	
Localização próxima ao centro histórico da cidade	32
Ter moradia própria	29
Melhoria da infraestrutura da moradia	29
Melhoria da qualidade de vida	14
Melhor acesso a escolas	5
Melhor acesso a postos de saúde e hospitais	3

Lugar razoável para morar	2
Lugar mais seguro do que moravam anteriormente	2
Melhor acesso ao trabalho	1
Não consideram que algo melhorou com a vinda para o condomínio	49
Total de respostas	166

8.13 Aspectos que precisam melhorar nos condomínios

Os respondentes, dentre as diversas coisas que consideram que precisam melhorar no condomínio (conforme demonstrado na tabela 31), apontaram, primeiramente, a preocupação com a falta de segurança, seguida de problemas com a infraestrutura, as relações de convivência entre os moradores, os animais que ficam soltos ou foram abandonados, a falta de organização do condomínio, o som alto, a ausência de controle de acesso ao residencial e o saneamento básico. Nos breves relatos apresentados no questionário, temos a descrição dos aspectos que foram sintetizados na tabela e das situações cotidianas que acontecem dentro do condomínio.

Alguns dados que chamaram a atenção fazem referência a uma “facção [que] tomou conta do condomínio”, a ocorrência de “Violência, morte, drogas”, “Álcool e drogas”, “Bebidas, drogas, entre outros”. Embora, nesta questão, apenas 53 respondentes mencionaram que a segurança precisava melhorar, em outras questões que foram abordadas no questionário, essa pauta era trazida quando tiveram a oportunidade de responder abertamente. O fato de uma facção criminosa ter, de acordo com a afirmação do respondente, “tomando conta do condomínio”, sinaliza a presença do tráfico de drogas, conseqüentemente, levando a situações de violência que podem culminar em mortes. Este é um dado extremamente preocupante, porque coloca a vida dos moradores em risco, deixando-os mais vulneráveis.

Outro aspecto que apareceu nas demais respostas do questionário diz respeito à relação de convivência entre os condôminos. Embora a pergunta não tenha tratado deste ponto em específico, na oportunidade que encontravam de manifestar-se (mesmo que tenha sido através de uma escrita breve), os respondentes salientaram a dificuldade em conviver com muitas pessoas no mesmo local e de que era preciso ter regras. Nos relatos a seguir, estes e outros fatores podem ser observados:

“É preciso regras de convivência. Conversação da limpeza do pátio e

empatia dos moradores. Não temos reforma, pintura, não tem segurança, não tem vigilância. Estamos jogados, deixados de lado. Quem paga pelas melhorias não vê melhoras. Um lugar onde metade ajuda, outra metade joga fora, estraga. Qualquer um entra e sai, não tem portão para cada morador ter sua chave para entrar e sair. Som alto até altas horas, desrespeito entre moradores, brigas de baixo nível, risco de perder a vida, agressão” (Morador 42, 2022)

“Muitas coisas precisam melhorar. As estruturas estão rachadas, os vazamentos, os cachorros sem donos, a SEGURANÇA, pois aqui entra quem quer, desde usuários de drogas a comerciantes, o acesso é aberto, não temos um muro e nem portão, a iluminação é precária, as bombas da caixa d’água estão sempre com problemas, já ficamos quase 2 semanas sem água” (Morador 43, 2022).

“Que não nos trate como lixo, sem nos ajudar no que precisamos, olhem para o próximo, arrumem nossos apartamentos nos deem um local seguro”. (Morador 44, 2022).

“Consciência dos moradores em saber que moram em um condomínio e que existem regras”. (Morador 45, 2022).

“Infraestrutura ruim, desorganização, morar pessoas que realmente tenham direito ao apto, a segurança, que não é nenhuma: fica portão escancarado, traficante pelas escadas nos escuros, entra e sai de usuários para comprar drogas, comércios no condomínio que fazem ajuntamento e transitam o tempo todo, correm no corredor e gritam quando vão aos "comércios". As coisas, se funcionassem como deveriam, seriam muito melhor, comércio nas salas comerciais, animais nos seus respectivos apartamentos, andar de bicicleta e skate em lugar apropriado assim como jogo de bola” (Morador, 46, 2022).

“Precisa mudar a segurança, me sinto com medo cada vez que entro no condomínio” (Morador 47, 2022).

Tabela 31: segundo os respondentes, o que precisa melhorar no condomínio - RGVI

Variável	
Precisa melhorar no condomínio	
Segurança	53
Há muitas coisas que precisam melhorar	52
Limpeza dos espaços externos	51
Infraestrutura dos prédios (obras de melhoramento/lazer infantil)	52
Relação de respeito entre os moradores/ter regras para convivência	26
Animais soltos e/ou abandonados	19
Organização/administração	14
Som alto/excesso de barulho	13
Controle de acesso ao condomínio/portaria	10
Falta de água/defeito das bombas de água	9
Saneamento básico/esgoto exposto	8
Está bom	2

Total de respostas	309
Não responderam	17

8.14 Mudança de vida com a ida para o condomínio

As mudanças causam impactos na vida das pessoas, quer sejam positivas ou negativas. Assim ocorreu com os moradores do residencial, para alguns, a vida melhorou significativamente; enquanto que, para outros, a nova realidade não é tão boa. Conforme mostra a tabela 33, 60% dos respondentes tiveram mudanças significativas em suas vidas ao ir para o condomínio, enquanto que 17% não tiveram.

Para 60% das pessoas, a vida mudou para melhor; para 10%, mudou muito pouco, e para 30% dos respondentes a vida ficou pior. A conquista da casa própria foi o impacto positivo mais citado, como pode ser exemplificado através desta resposta: *“Eu morava de aluguel, aqui, pra mim, foi uma conquista muito grande”*. Para outros, essa conquista significou uma reestruturação da vida, trouxe novas oportunidades e condições de uma moradia digna para si e para os filhos, e mais segurança.

“Sim, mais acesso ao centro e INPS, não morar mais no meio do barro”
(Morador 48, 2022).

“Sim. Principalmente em relação a me estruturar com minha família podendo dar um lugar digno pra ela” (Morador, 49, 2022).

“Sim, minha casa estava caindo!” (Morador, 50, 2022)

“SIM, pois aqui arrumei um emprego na área que EU atuo
(Morador, 51, 2022)

Tive a oportunidade de dar um lar para meus filhos”
(Morador, 52, 2022)

“Segurança, pois onde morava fui assaltada”. (Morador, 53, 2022)

“Para um lado sim, pois morava em 1 peça com 3 filhas. Agora elas têm o quarto delas. Mudou sim e é perto de tudo” (Morador, 54, 2022)

“Sair da favela” (Morador, 55, 2022)

Os respondentes, apesar das dificuldades enfrentadas com a ida para o condomínio, teceram considerações qualitativamente relevantes. Para alguns, embora as condições de infraestrutura das moradias tenham melhorado, sentem “saudade de morar em uma casa” e do lugar em que moravam antes. Sentem falta de suas antigas casas, de seus pátios e da privacidade que este tipo de espaço proporcionava. O pátio pode ser um lugar de reunião, lazer, trabalho ou descanso, faz parte do mundo particular da pessoa que tem uma casa:

“Mudou muito, antes tinha pátio e espaço para as crianças brincarem e segurança dentro do pátio. Agora não tem pátio, nem segurança, nem estrutura para caber quatro crianças.” (Morador, 57, 2022)

Para alguns respondentes, o pouco que melhorou foi apenas pela aquisição do imóvel próprio, pois pensaram que *“seria bem melhor, mas não foi bem assim”*, pois não encontraram o que esperavam. Salientam que *“ao mesmo tempo em que são donos de seus apartamentos, ficam com a incerteza de poder pagar as taxas”* e *“mudou no sentido de falta de tranquilidade”*. A falta de tranquilidade dá lugar a um sentimento de desesperança dentro do condomínio, como pode ser observado no relato abaixo:

“Só foi melhor no início, porque depois não. Tive várias vezes situação de ter medo por causa de alguns que entraram sem residirem no condomínio, fiquei nervosa por mais de uma vez por certos indivíduos que oprimem alguns moradores. Carro de aplicativo não entra com as compras, porque muitos motoristas têm medo de entrar.” (Morador 58, BGV I, 2022).

Ainda houve os que afirmaram enfaticamente que mudou para pior, gerando situações estressantes, como colocou esta moradora: *“Mudou para pior! Estou muito estressada”*. Para outros, a relação de convivência no condomínio levou a problemas específicos de saúde mental, como afirma esta moradora: *“Minha filha vive em terapia e eu sou um poço de nervos”*. Reforçando a preocupação com a falta de segurança, manifestada em outras seções dos questionários, temos as seguintes declarações de dois moradores - O primeiro diz: *“vivo refém do meu próprio apartamento”* e o segundo, que diz: *“Sim, mudou, porque agora eu vivo trancada, sem poder abrir a porta, porque tenho medo que alguém entre e me roube”*, essa situação reforça a preocupação manifestada por muitos moradores referente ao residencial não ser um local seguro.

Tabela 32: Mudança de vida com a ida para o condomínio

variável	Nº total	%
A vinda para o condomínio mudou sua vida?	219	100
Sim	132	60%
Não	36	17%
Não responderam	51	23%

Tabela 33: Mudou para melhor ou pior

Variável	Nº total	%
Mudou para melhor	71	60%

Mudou um pouco	12	10%
Mudou para pior	36	30%

8.15 Reunião de condomínio

Morar em condomínio é ter a consciência de que vai-se viver em um ambiente coletivo. Para que seja possível ter um ambiente organizado e regrado, necessário para o bem comum, é importante realizar reuniões para discutir as demandas e o que mais envolve o condomínio. Assim, questionados sobre qual dia da semana e turno seria mais apropriado para que pudessem ser feitas as reuniões, do total de 219, 77 moradores do **Residencial Getúlio Vargas I** elegeram o Sábado, turno da noite.

9. Conjunto Residencial Getúlio Vargas II



O Residencial GVII possui 70 unidades habitacionais (apartamentos), com total de 69 questionários respondidos e enviados. Os apartamentos também possuem sala e cozinha integradas, 2 quartos e 1 banheiro, o prédio apresenta formato em L e possui um salão para festas.

9.1 Perfil sociodemográfico Residencial Getúlio Vargas II

Neste residencial, também se observou que um número expressivo dos respondentes é composto por mulheres. Do total de 69 questionários, elas responderam a 86%, e os homens, 14%. Em relação ao Estado Civil, 58% dos respondentes se declararam solteiros (as), 22% são casados (as), 7% estão em regime de União Estável, 6% estão divorciados (as) e, na alternativa “outros”, que corresponde a 7% das respostas, 1 se declarou separado (a), 1 morando junto com companheiro (a) e 13 são viúvos (as). A média de escolaridade no condomínio também é de Ensino Fundamental Incompleto, com 49% das respostas; seguido do Ensino Médio Completo, com 22%. 6 % dos que responderam às perguntas tiveram acesso à universidade (Tabela 35).

A tabela 36, que destaca a variável Estado Civil, aponta que, do número total de 59 mulheres, 64% se declararam solteiras no momento em que responderam o questionário. Infere-se, também, que algumas sejam responsáveis financeiramente por si mesmas, enquanto outras assumam a “chefia” de suas famílias. Na sequência, 19% se declararam casadas, 5% em regime de União Estável, 3% divorciadas; a categoria “outros” corresponde a 9%: 1 separada, 1 mora junto com companheiro e 3% são viúvas. Já os homens, 40% se declararam solteiros, 30% casados, 20% em união estável e 10% divorciados.

A média de escolaridade entre as mulheres, conforme a tabela 37, também é de Ensino Fundamental Incompleto, com 48% das respostas, seguido de Ensino Médio Completo, com 25%. Somados os valores referentes aos dados do Ensino Superior, 7% delas tiveram acesso à universidade. Destas, 3 declaram estar com o Ensino Superior Completo e 1 incompleto (Tabela 37)

Tabela 34: Perfil Sociodemográfico do Residencial Getúlio Vargas II

Variável	Nº total	%
Sexo	69	100%
Feminino	59	86%
Masculino	10	14%
Estado Civil	69	100 %
Solteiros (as)	40	58%
Casados (as)	15	22%

União Estável	5	7%
Divorciados (as)	4	6%
Outros	5	7%
Separados (as)	1	-
Morando Junto com companheiro (a)	1	-
Viúvos (as)	3	-
Escolaridade	69	100%
Não frequentou a escola	0	0
Ens. Fund. Incompleto	34	49%
Ens. Fund. Completo	11	16%
Ens. Médio Incompleto	5	7%
Ens. Médio Completo	15	22%
Ens. Superior Incompleto	1	-
Ens. Superior Completo	3	6%
Pós-graduação	0	-

Tabela 35: Estado Civil

Variável	Nº Total de Mulheres	%	Nº Total de Homens	%
Estado civil	59	100	10	100
Solteiros (as)	38	64%	4	40%
Casados (as)	11	19%	3	30%
União Estável	3	5%	2	20%
Divorciados (as)	2	3%	1	10%
Outros	5	9%	0	0
Separados (as)	1	-	0	-
Morando Junto	1	-	0	-
Viúvos (as)	3	-	0	-

Tabela 36: Escolaridade

Variável	Nº Total de Mulheres	%	Nº Homens	%
Escolaridade	59	100 %	10	100%
Não frequentou a escola	0	-	0	-

Ens. Fund. Incompleto	28	48%	6	60%
Ens. Fund. Completo	10	17%	1	10%
Ens. Médio Incompleto	2	3%	3	30%
Ens. Médio Completo	15	25%	0	0
Ens. Superior Incompleto	1	-	0	-
Ens. Superior Completo	3	7%	0	-
Pós-graduação	0	-	0	-

9.2 Programas Sociais

Como já foi mencionado, para ter acesso aos programas sociais do governo, o cidadão precisa, primeiramente, se registrar no Cadastro Único (CadÚnico). No RGV II, 88% dos respondentes estão cadastrados (Tabela 38) e 25% estão inseridos em programas sociais (Tabela 11). Os Programas Sociais declarados pelos respondentes, conforme Tabela 41, foram: Auxílio Emergencial, Benefício de Prestação Continuada (BPC) /LOAS, Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família/Auxílio Brasil, sendo este último o que tem maior adesão: 81%, conforme tabela 41. Especificamente sobre BPC/LOAS, 1 % dos respondentes alegaram receber o benefício, 1 respondeu que já recebeu e deixou de receber o benefício devido “a renda de quando trabalhava” (Tabela 41).

Sobre receber o Bolsa Família/Auxílio Brasil, dentre os respondentes (Tabela 41), 27% recebem o benefício e 6% já receberam. Estes moradores alegaram os seguintes motivos para não receberem mais o benefício: “Estava trabalhando de carteira assinada, atualizei o cadastro porque não estou mais trabalhando, há mais de um ano e meio e não consigo voltar a receber”; “Porque passei pras minhas filhas”, “estava encostada”, “por causa da renda quando trabalhava”, “por ter me aposentado” e outro desconhece o motivo.

Tabela 37: Registrados do CadÚnico

Variável Cadastro Único	Nº total	%
	69	100%
Possuem	61	88%
Não possuem	8	12%

Tabela 38: Inseridos em Programas Sociais

Variável Programas Sociais	Nº total	%
	69	100%
Inseridos (as)	17	25%
Não inseridos (as)	52	75%

Tabela 39: Programas Sociais Residencial Getúlio Vargas II

Variável	Nº Total	%
	16	100%
Auxílio Emergencial	1	7%
BPC/LOAS	1	6%
Minha casa Minha vida	1	6%
Bolsa Família/Auxílio Brasil	13	81%

Tabela 40: Recebem BPC/LOAS Residencial Getúlio Vargas II

Variável BPC/LOAS	Nº Total	%
	69	100%
sim	7	10%
não	61	88%
Já recebeu	1	2%

Tabela 41: Recebe Bolsa Família/Auxílio Brasil -

Variável	Nº Total	%
	69	100%
Sim	19	27%
Não	44	64%
Já recebeu	06	9%

9.3 Emprego e Renda

Nesta categoria, observou-se que 22% dos respondentes trabalham em regime de CLT, isto é, com a CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada. A categoria do trabalho autônomo também tem um percentual elevado, correspondente a

32% das declarações de atividade remunerada. Observa-se, também, que 12% dos respondentes declararam ser aposentados e 4% pensionistas (Tabela 44).

Dentro da categoria "outros", que corresponde a 30% das respostas, além da declaração de outras atividades remuneradas, 8 afirmaram estar desempregados e 3 pessoas dependem de benefícios do governo (Tabela 44). Conforme pode ser observado na tabela 46, em 43% dos casos, a responsabilidade de prover financeiramente a família é da Mãe; aos pais, corresponde 26%; e, aos filhos, 3%. A categoria "outros" corresponde a 28% das respostas e, conforme pode ser visto na tabela 26, há um número significativo de pessoas que moram sozinhas: 15. Das atividades extra para complementação de renda familiar, apenas 7% do total de respondentes afirmaram realizar alguma (Tabela 48).

Tabela 42: Atividade remunerada exercida

Variável Atividade Remunerada Exercida	Nº Total	%
	69	100%
Carteira Assinada	15	22%
Autônomo (a)	22	32%
Pensionista	3	4%
Aposentado (a)	8	12%
Outros	21	30%

Tabela 43: Outros

Variável: Outros	Nº Total
	21
Desempregado	8
Diarista	2
Auxílio Seguro Desemprego	1
Auxílio Doença	2
Contínuo ¹⁵	1
Tarefaira	1
Do lar	2
Comerciante	1
Auxílio Acidente de Trabalho	1
Não trabalha	1

¹⁵ Conforme definição do Dicionário Houaiss, **contínuo** é um indivíduo de qualquer idade, empregado em escritório para fazer trabalhos de entregas, visitas a bancos; bóí, *boi*

Tabela 44: responsabilidade de prover financeiramente a família

Variável: Provedor Financeiro da Família		
	Frequência	%
Pai	20	26%
Mãe	33	43%
Avós	0	0%
Filhos	2	3%
Outros	22	28%

Tabela 45: Outros provedores - Residencial Getúlio Vargas II

Variável	Nº Total
Outros	22
Casal	1
O respondente (mora sozinho)	15
irmão	1
Apenas um dos cônjuges (marido)	4
Desempregada	1

Tabela 46: Atividades extras para complementação de renda

Variável	Nº total	%
Atividade extra	69	100%
Sim	05	7%
Não	64	93%

Tabela 47: Descrição das atividades extras

Variável	Nº Total
Atividades Extras	5
Atendente em comércio informal	1
Fabricação de salgados caseiros	1
Artesã	1
Diarista	1
Não declarou a atividade	1

9.4 Organização e saúde da família

No condomínio, 70% dos apartamentos são habitados por famílias de 1 a 3 pessoas e em 30% moram famílias de 4 até 6 pessoas (Tabela 50). Na composição destas famílias (Tabela 51), também é observada a presença significativa de crianças entre 0 e 12 anos: 33%; seguido de adolescentes, com um percentual correspondente a 29%. Em terceira colocação fazem parte os idosos, com percentual de 17% e pessoas portadoras de deficiência (PCD), 7%. A variável "outros" (Tabela 52), com 14% das respostas, corresponde a outras composições familiares declaradas pelos respondentes, que não constam nas alternativas.

Em relação à saúde, 26% confirmaram ter familiares que apresentavam algum tipo de doença e necessitavam de tratamento médico; enquanto 74% não tinham nenhum familiar nestas condições. Destes portadores de alguma doença, 89% fazem uso de medicação; 83% tem acesso a tratamento específico e 17% não tem (Tabela 53). Os motivos dados para que não tenham o acesso a medicação consistem em: demora e/ou ausência de medicamentos no SUS.

Tabela 48: N° de pessoas que moram nas residências

Variável	N° total	%
Residências ocupadas	69	100
De 1 a 3 pessoas	48	70%
De 4 a 6 pessoas	21	30%
Mais de 6 pessoas	0	-

Tabela 49: Composição familiar

Variável		
Composição familiar	Frequência	%
Idosos	17	17%
Crianças de 0 a 12 anos	34	33%
Adolescentes	30	29%
PCDs (pessoas com deficiências)	7	7%
Outros	14	14%
Total de respostas	101	

Total de questionários	69	
Média de resposta por morador	1,46	

Tabela 50: Outros

Variável	Nº total
Outros	12
Respondente mora sozinho	7
Outras composições (pais e filhos adultos, apenas adultos)	5

Tabela 51: Familiar com doença que precise de tratamento médico ¹⁶

Variável	Nº total	%
Familiar com algum tipo de doença que necessite tratamento médico	69	100%
Sim	18	26%
Não	51	74%
Faz uso de medicação	18	26%
Sim	16	89%
Não	02	11%
Tem acesso a tratamento específico		
Sim	15	83%
Não	3	17%

9.5 O Condomínio: vivências e experiências de uma nova forma de morar

Questionadas sobre como foi o processo de mudança para o condomínio, 65% assinalaram que foi bom; 10%, ruim; 23% alegaram que houve algumas dificuldades e 2% não responderam (Tabela 54). Apenas 16 respondentes mencionaram as dificuldades pelas quais passaram nesse processo.

¹⁶ Houve pessoas que escolheram a opção “Não” (51 respondentes) como resposta à questão 22, o que leva a entender que não há familiar que apresente alguma doença e que necessite de tratamento específico, porém, na questão 23, escolheram a opção “Sim”, afirmando que fazem uso de medicação específica. Diante desta incoerência de dados, optou-se por tabular para a questão 23 e 24 as 18 afirmativas de familiares com alguma doença.

A soma dos que afirmaram ter sido ruim o processo, ou com algumas dificuldades é menor do que o total dos que consideraram a mudança boa - 23 e 45, respectivamente, mas cabe salientar estas dificuldades, trazendo algumas respostas que dão uma visibilidade a esse processo. Conforme alguns relatos obtidos informalmente durante as saídas de campo para o desenvolvimento de outros projetos no RGVII, alguns moradores mencionaram que a mudança foi feita em um dia chuvoso, o que trouxe algumas dificuldades, um respondente também mencionou este fato.

Outro fato relaciona-se ao transporte: segundo alguns dos respondentes: o *“transporte [foi] turbulento, [com] falta de carregador”* e também houve *“muita desorganização”* no processo de mudança. O *“tamanho dos móveis em relação ao tamanho da escada”* foi outro ponto mencionado. A forma como as escadas foram construídas tornou difícil o carregamento de móveis relativamente grandes. Foi possível presenciar uma situação, durante saída de campo, em que três moradoras tentavam levar um sofá para o quinto andar do prédio, com muita dificuldade para virar o móvel em cada lance de escada. Na ocasião, outra moradora comentou que, no dia das remoções, ou *“dia da mudança”*, foram necessárias cordas para içar os móveis maiores para os andares superiores¹⁷.

Tabela 52: Processo de mudança para o condomínio

Variável	Nº total	%
Processo de mudança para o condomínio	69	100
Bom	45	65%
Ruim	7	10%
Com algumas dificuldades	16	23%
Não responderam	1	2%

9.6 Principais problemas enfrentados com o processo de mudança

O principal problema enfrentado na realização da mudança apontado pelos respondentes do Residencial Getúlio Vargas II foi o carregamento da mobília, 23%; seguido do transporte para a realização da mudança, com 16%. Em terceiro lugar, foi o problema com os prazos, 6%; na sequência, questões relacionadas ao destino do descarte que ficou no local da antiga moradia, com 7% e, por fim, o

¹⁷ Relatos de diário de campo

atendimento dos profissionais, com 6% das respostas (Tabela 55). Na categoria “outros”, que corresponde a 8%, 23 respondentes não tiveram problemas (Tabela 56).

Tabela 53: Principais problemas enfrentados no processo de mudança

Variável		%
Problemas enfrentados	Freq..	100%
Transporte para realização da mudança	8	16%
Carregamento da mobília	12	23%
Dar destino ao descarte que ficou	7	14%
Os prazos para realização da mudança	3	6%
Atendimento dos profissionais que auxiliaram na mudança	3	6%
Sem problemas	23	38%
outros	5	8%
Total de respostas	56	
Total de questionários	69	
Média de respostas por morador	0,81	
Não responderam	17	

9.7 Problemas com a estrutura física do apartamento

Com relação à estrutura física dos apartamentos, 29% tiveram problemas com o encanamento; seguidos de 27% com problemas no piso e acabamentos; 17% com a ligação da luz; 14%, com os vidros; e 5% com o pagamento da taxa de água. Estes percentuais nos levam a inferir que a chegada nos apartamentos também foi motivo de transtorno para alguns beneficiários: “quando nos mudamos, o imóvel não tinha acabamento (piso, revestimento e nem luz), porque os fios haviam sido roubados”. Na tabela 58, estão outros problemas referentes à vazamentos de água, infiltrações e rachaduras nas paredes, instalações elétricas, telhado (moradores do quinto andar) e metragem do apartamento.

.Tabela 55: Problemas com a estrutura física do apartamento

Variável:		
Problemas com a estrutura física do apartamento	Freq.	%
Ligação da luz	28	17%
Pagamento da taxa de água	9	5%
Vidros	23	14%
Encanamento	48	29%
Pisos e acabamentos	45	27%
Outros	8	5%
Total de respostas	163	
Total de questionários	69	
Media de resposta por morador	2,25	
Sem resposta	5	3%

Tabela 56: Outros problemas

Variável	
Outros	8
Problemas de vazamento de água	1
Problemas com infiltrações	1
Problemas com instalações elétricas	2
Problemas com portas e janelas	1
Rachaduras nas estruturas	1
Problemas com telhado	1
Espaço pequeno do apartamento	1

9.8 Adaptação à vida em condomínio

Reafirmando o que foi mencionado nas análises e interpretações dos dados do RGV I, morar em um condomínio significa se adaptar a uma nova realidade de viver num ambiente essencialmente coletivo. Diante do novo contexto de vivência, 73% dos respondentes avaliaram a adaptação como boa, 13% como ruim, enquanto 13% ainda estão se adaptando (Tabela 48).

Tabela 57: Adaptação à vida em condomínio

variável	Nº Total	%
Adaptação à vida em condomínio	69	100
Boa	50	73%
Ruim	9	13%
Ainda em adaptação	9	13%
Não respondeu	1	1%

9.9 Principais problemas enfrentados na organização do condomínio

No Residencial Getúlio Vargas II, em primeiro lugar dos problemas enfrentados na organização do condomínio, também figura o livre acesso de pessoas que não são moradoras do residencial, 29%, o segundo problema expressivo é referente a falta de lugar para pendurar as roupas, correspondendo a 24% das respostas. Na sequência, está a limpeza dos espaços comuns, 17%, seguido dos animais sem donos, 13 %, coleta de lixo que corresponde a 8%, o som alto em horários ruins afeta apenas 5% dos respondentes (Tabela 61). A categorias outros correspondem a 2%, e foi citado o problema do barulho com crianças “soltas” pelo condomínio, do respondente não ter animais e ter que limpar os excrementos de sua porta. Um respondente citou “a utilização de drogas nos corredores”.

Tabela 58: Principais problemas enfrentados na organização do condomínio

Variável		
Problemas com a organização do condomínio	Freq.	%
Pessoas que não são moradoras com livre acesso ao condomínio	51	29%
Coleta do lixo	14	8%
Limpeza dos espaços comuns	30	17%
Animais sem donos	23	13%
Falta de local para pendurar suas roupas	42	24%
Som alto em horários ruins	8	5%
outros	4	2%
Total de respostas	172	
Total de questionários	69	
Media de resposta por morador	2,49	
Não respondeu	5	3%

9.10 Taxa condominial

Como já citado, a taxa condominial é o valor cobrado de cada condômino que tem por finalidade pagar as despesas do condomínio, relativas as áreas comuns (serviços, manutenção e melhorias). 83% respondentes sabiam que teria esta taxa quando fossem morar no condomínio, enquanto que 14% desconheciam (Tabela 53).

Tabela 59: Ciência sobre a taxa de condomínio

Variável	Nº Total	%
Morador estava ciente da taxa de condomínio	69	100
Sim	57	83%
Não	10	14%

Não responderam	2	3%
-----------------	---	----

9.11 Despesas que não tem conseguido pagar

Das despesas de “Luz, Água e Taxa Condominial”, 47% dos respondentes não estavam pagando a taxa condominial, seguido da despesa de luz e 29% e de água, 24% (Tabela 63). Os motivos pelos quais as pessoas não têm conseguido pagar as despesas estão relacionados, em primeiro lugar a dificuldades financeiras, seguido do desemprego e o alto valor da taxa de energia elétrica (Tabela 64). Um dos respondentes afirmou que “não conseguia [pagar] porque era cobrado até o ar que se respirava”, enquanto outro colocou que a taxa do condomínio era “*muita cara pra ser um condomínio de pobre*”.

Tabela 60: Despesas que não tem conseguido pagar

Variável		
Despesas que não têm conseguido pagar	Freq.	%
Luz	19	29%
Água	16	24%
Taxa condominial	31	47%
Total de respostas	66	
Total de questionários	69	
Media de respostas dos moradores	0,95	
Em branco	3	

Tabela 61: motivo pelo qual não tem conseguido pagar as despesas

variável	
Motivos pelo qual não consegue pagar as despesas	
Desemprego	15
Dificuldades financeiras (falta de dinheiro no orçamento doméstico)	6
Taxa de energia elétrica muito alta	4

9.12 Considerações sobre aspectos que melhoraram com a ida para o condomínio

Nesta questão, os respondentes pontuaram sobre aspectos que consideram ter melhorado após irem morar no condomínio. Conforme as respostas obtidas, ter a moradia própria, foi o mais citado pelos respondentes, pois a casa própria, significa segurança para a vida. Outros aspectos, que estão relacionados a melhoria da qualidade vida, estar num local com ruas melhores e melhor infraestrutura de moradia, podem ser validados através das seguintes declarações: *“eh mais sequinho... onde morava ficava alagado mesmo que tinha uma casa boa”*, *“meu filho parou mais em casa do que no hospital”*. A proximidade com o centro histórico, melhor acesso ao trabalho e segurança também foram citados, pois alguns respondentes afirmaram gostar de viver no condomínio e que o local é *“mais tranquilo”* do que o anterior, onde residiam e também tem melhores condições ambientais. No entanto, há um pequeno número de pessoas que não consideraram que algo tenham melhorado e não gostam de viver no condomínio: *“Não melhorou. Não gosto desse lugar”*; *“Gostava mais da casa antiga! A única coisa que melhorou foi a segurança”*. A tabela 65, a seguir traz uma síntese das respostas do questionário:

Tabela 62: Considerações sobre aspectos que melhoraram com a ida para o condomínio

Variável	
Melhorias com a vinda para o condomínio	

Localização próxima ao centro histórico da cidade	4
Ter moradia própria	19
Melhoria da infraestrutura da moradia	5
Melhoria da qualidade de vida	10
Melhor infraestrutura das ruas	6
Mais segurança	3
Melhor acesso ao trabalho	2
Não consideram que algo melhorou com a vinda para o condomínio	9
Total de respostas	58
Não responderam	11

9.13 Aspectos que precisam melhorar nos condomínios

Os respondentes do Residencial Getúlio Vargas II, também consideram que muitas coisas precisam melhorar no condomínio, conforme demonstrado na tabela 66. Em primeiro lugar está que a convivência entre os moradores precisa ser melhor, ter uma *“relação de união entre todos [...]”*; a questão da infraestrutura do prédio foi outro ponto citado: *“Infraestrutura do condomínio, Lavagem, pintura, suporte do síndico, pracinha, manutenção da luz dos corredores”*; seguido da segurança. A limpeza dos espaços externos, os animais que estão soltos dentro das dependências do local, o controle de acesso ao condomínio (ter uma portaria) e organização também são pontos que precisam melhorar.

Tabela 63: segundo os respondentes, o que precisa melhorar no condomínio

Variável	
Precisa melhorar no condomínio	
A segurança	12
Há muitas coisas que precisam melhorar	10
Limpeza dos espaços externos	10
A infraestrutura dos prédios (obras de melhoramento/lazer infantil)	13
Relação de respeito entre os moradores/ter regras para convivência	28
Animais soltos e/ou abandonados	7
Organização	3
Controle de acesso ao condomínio/portaria	7
Está bom	1
Total de respostas	91
Não responderam	6

9.14 Mudança de vida com a ida para o condomínio

Como já dito, as mudanças impactam as vidas das pessoas, tanto de forma positiva quanto negativa, pois mudanças significam novas realidades a serem enfrentadas. Do número total de pessoas que responderam ao questionário, 75% afirmaram que mudar para o residencial II mudou suas vidas. Destas 83% responderam que a mudança foi para melhor, enquanto que 17 % disseram que piorou (Tabela 67).

Conforme os respondentes, a mudança proporcionou uma “vida saudável”, melhoria financeira e a “conquista da casa própria”. Segundo esta moradora “como mãe solo jamais conseguiria realizar esse sonho”, de ter sua casa. Uma moradia melhor estruturada, pois, de acordo com outro, antes de ir para o residencial “morava numa casa velha e muito úmida”. O melhor acesso a escolas também foi um impacto positivo, de

acordo com essa resposta “consegui uma escola para meu filho próximo da moradia”.

No entanto, há aqueles que consideram que a “*a vida andou pra traz*”, pois tinha casa com pátio, não gosta de apartamento e quando tiver oportunidade vai embora do condomínio. Outros respondentes afirmam que a mudança foi ter perdido sua “*individualidade*”, “*a privacidade e as crianças não podem ser crianças por que tem sempre alguém reclamando*”. Enquanto um diz que a mudança foi “*para pior, pois morava em uma casa maior e melhor do que a atual*”. Mas há os que acreditam que a vivencia no condomínio “*irá mudar a medida que os demais condôminos tenham consciência do viver em comunidade*”.

Tabela 64: Mudança de vida com a ida para o condomínio

variável	Nº total	%
A vinda para o condomínio mudou sua vida?	69	100
Sim	52	75%
Não	6	9%
Não responderam	11	16%

Tabela 65: Mudou para melhor ou pior

Variável	Nº total	%
Mudou para	69	100
Mudou para melhor	43	83%
Mudou para pior	9	17%

9.15 Reunião de condomínio

Ao morar num condomínio, particularmente com as características do RGV I, tendo ciência do contexto em que ele foi criado, a pessoa precisa ressignificar seu modo de viver, começando por sair da total individualidade para atuar num ambiente coletivo. E para que as coisas funcionem, é preciso que conheçam as regras e participem das tomadas de decisões, daí a importância das reuniões de condomínio. Assim, questionados sobre qual dia da semana e turno seria mais apropriado para que pudessem ser feitas as reuniões, quando fosse preciso, respondentes do Residencial Getúlio Vargas II, do total de 69, a maioria, 33, também optaram pelo Sábado à noite (Tabela 66). Os respondentes também foram questionados sobre a possibilidade de participar de reuniões virtuais, 35 responderam ter condições de participar e 32 não teriam condições.

Tabela 66: dia e turno para reuniões

	RGVII
Variável	Nº total
Dia da Semana	69
Segunda - feira	7
Terça - feira	2
Quarta - feira	11
Quinta - feira	5
Sexta - feira	9
Sábado	30
Domingo	2
Não respondeu	5

Tabela 67: Condições de participar de reuniões virtuais

	RGV II
Variável	Nº total
Condições de participar de reuniões virtuais	69

Sim	35
Não	32
Não respondeu	0

10. Considerações finais para este Diagnóstico

A dinâmica das remoções habitacionais já faz parte da história do Bairro Getúlio Vargas e, enquanto as pessoas continuarem ocupando as áreas adjacentes pertencentes ao Porto, elas serão retiradas. Dito isto, cabe salientar que a política habitacional do PAC – Intervenção em Favelas, causou impacto no modo de viver das famílias que foram removidas das suas casas, que estavam assentadas, justamente numa área de expansão do Porto de Rio Grande, para os apartamentos construídos na esfera do Programa. De certo modo, todo o processo de mudança pelo qual estas pessoas passaram fez com que elas reconstruíssem suas estratégias cotidianas e reorganizassem, não apenas suas vidas, mas também suas mentes, suas formas de pensar diante da nova realidade que lhes foi apresentada.

O mudar afetou a rotina, os hábitos e costumes das pessoas, conseqüentemente, elas precisaram reconstruir suas estratégias cotidianas, reformular o modo de viver para se adequar ao novo espaço. Pode-se dizer que a ida para os apartamentos acarretou em mudanças profundas na vida dos moradores em distintos aspectos como: (a) geração de novas despesas: antes não tinham que pagar taxas, pois a ocupação era irregular. Com a ida para o condomínio três despesas foram acrescentadas em seus orçamentos – luz, água e taxa de condomínio e, pelas dificuldades financeiras que muitos declaram estar passando, não conseguem pagar. Gastos que tiveram para arrumar os “novos” apartamentos, os quais foram entregues com vários problemas estruturais, causando frustração, decepção, preocupação e despesas. Quem pôde, sanou os problemas e quem não tinha condições financeiras precisou ainda conviver com eles; (b) outros aspectos afetados por essa mudança estão relacionados às formas de sociabilidade, nas relações de vizinhança, nas novas relações com a prefeitura municipal e as burocracias envolvidas no processo de regularização fundiária.

A tal “mudança de vida” para a maioria das pessoas foi positiva, conforme as respostas observadas no questionário, ir para os residenciais significou a conquista da tão sonhada moradia própria ou, como colocaram “ o sonho da casa própria“ estava enfim realizado, apesar da demora em entregar as moradias. Para boa parte dos moradores essa mudança significou passar a ter uma vida digna e poder dar essa dignidade para sua família. Muitos tinham casas em péssimas condições de estrutura, que colocavam a saúde em risco. Moradias as quais, “chovia tanto dentro da casa, como chovia na rua”, ou “o barro na porta de casa”, ou ainda “tudo ficava alagado quando chovia” conforme foi observado nos questionários. Mas, para outros, essa mesma “mudança de vida” serviu para denunciar a insatisfação, decepção, frustração e descontentamento com a nova realidade. A perda da privacidade, falta de respeito entre os vizinhos e a falta de segurança (algo que foi muito citado, até por aqueles que gostam de morar nos residenciais) foram qualidades muito recorrentes, são as consequências que sofreram por terem mudado para o condomínio.

A adaptação à vida em condomínio significou aprender a controlar o barulho, algo que, fundamentando-se na frequência das respostas, não acontece, pois foi muito citado o excesso de barulho, volume de som alto e as gritarias. Também significou adotar novas práticas e usos do espaço doméstico que, para muitos reduziu drasticamente, pois os apartamentos são pequenos e não possuem áreas de serviço. Apenas os moradores do térreo do Residencial I foram ‘agraciados” com uma pequena área que, ao mesmo tempo em que serve como “extensão” do apartamento, gera transtorno com os lixos e objetos que são jogados dos andares superiores. Então foi imprescindível para os moradores reformular as práticas e costumes que tinham em suas casas, como por exemplo, o simples ato de colocar uma roupa na corda ou ter um jardim. Ademais, andando pelos condomínios e os observando, tem-se a impressão (ou mesmo a certeza) que ambos os prédios não foram projetados para serem pensados nas pessoas, apenas foram feitos para cumprir uma demanda e resolver um problema – o da invasão na propriedade portuária.

Toda essa mudança de endereço pode ser entendida como um ritual de passagem, onde o que ficou para trás foi a antiga vida que tinham e que se desfez simbolicamente, quando o trator arrancou a materialidade que lhes pertencia, mesmo que fossem precárias. Embora essa situação da remoção das casas não tenha impactado algumas pessoas, afinal elas estavam indo para um lugar melhor estruturado, seco e de alvenaria, para outras, suas casas estavam sendo destruídas e mal tiveram tempo de sair com suas coisas. As palavras de um respondente do RGV II ajudam a compreender o que foi essa passagem: *“Me senti expulso de minha própria casa, o trator arrancou tudo”*. Um grande sentimento de pesar e tristeza de ver o trator passar por cima de anos de suas

vidas que, a partir daquele instante, viraram apenas lembranças. Havia pressa para limpar o terreno, metaforicamente, um trator atuando numa remoção de área privada, destinada a algo grande é como se fosse a própria roda do capitalismo passando por cima dos obstáculos à sua frente. Os moradores ainda relataram que no dia da mudança chovia e, conforme os dados obtidos, os profissionais destacados para o auxiliar não prestaram um bom atendimento e havia desorganização (moradores do RGV1 que tiveram mais problemas com a mudança dos pertences). Para algumas das pessoas que moravam no terreno do Porto, mesmo que suas casas não fossem tão boas, ou mesmo precárias, elas significavam a “liberdade” e a “privacidade”, atuavam no campo do simbólico como uma referência de estabilidade.

Foi uma longa espera até receberem os apartamentos e, ao longo desse período, criaram expectativas de terem uma vida melhor. É fato que, como já mencionado, a vida realmente melhorou para muitos, principalmente para os moradores do Residencial II, conforme foi observado nos dados, mas também é acertado dizer que, para outros, foi uma decepção, pois não foi o que esperava, e a vida não está sendo tão diferente de antes de irem para lá. Alguns vivem com medo, trancados em seus apartamentos, ficam apreensivos quando vão entrar no condomínio, se protegem como podem, colocando grades em portas e janelas, até mesmo nos corredores.

Moradores de apartamentos que ficam no final dos corredores colocaram portões gradeados para ficarem mais seguros. Outros no térreo fecharam com grades os limites de seus apartamentos, ou seja, para ter segurança, privacidade e “liberdade” em seu espaço, precisam viver presos. Essa necessidade de se proteger tem justificativa nas várias citações a respeito da falta de segurança e do livre acesso que há no condomínio, pois não há um controle, entram e saem pessoas estranhas. A demanda dos moradores, principalmente do residencial I, é por ter portões fechados, portaria para realizar esse controle de entrada. Por esses portões não entram apenas pessoas estranhas, entram drogas, violência, crimes e uma facção, como foi pontuado por alguns respondentes.

Com base nas observações e nas interpretações dos dados e, também nas saídas de campo, ficou evidente que a situação do residencial II não é tão complexa quanto a do residencial I, embora os moradores tenham suas demandas. No residencial I há uma maior proporção construtiva, um maior número de moradores com diferentes vivências - muitos dos quais com dificuldades de entender que o bem-estar de um indivíduo também depende do outro - aliado aos problemas citados com drogas e violência (onde a falta de segurança gera medo para muitos) torna mais difícil atender as demandas

e organizar o condomínio.

Por fim, a intenção com estas considerações não foi minimizar os programas habitacionais, pois são de suma importância as políticas públicas em torno desse tema, uma vez que a moradia é um direito do cidadão. Receber os apartamentos foi importante para estas pessoas, significou a oportunidade de ter algo seu, um bem. Até mesmo aqueles respondentes que ainda têm problemas de adaptação com a vida no condomínio e que demonstraram suas insatisfações por meio das respostas abertas do questionário não negam isso. No entanto, não basta apenas reassentar as pessoas em outro local, dar uma chave e dar a situação por encerrada, muitas coisas ainda precisam ser aprimoradas:

“Que não nos trate como lixo sem nos ajudar no que precisamos, olhem para o próximo, arrumem nossos apartamento nos dêem um local seguro”(respondente RGV1)

*“[...]me sinto com medo cada vez que entro no condômino. [...]”
(Respondente RGV1)*

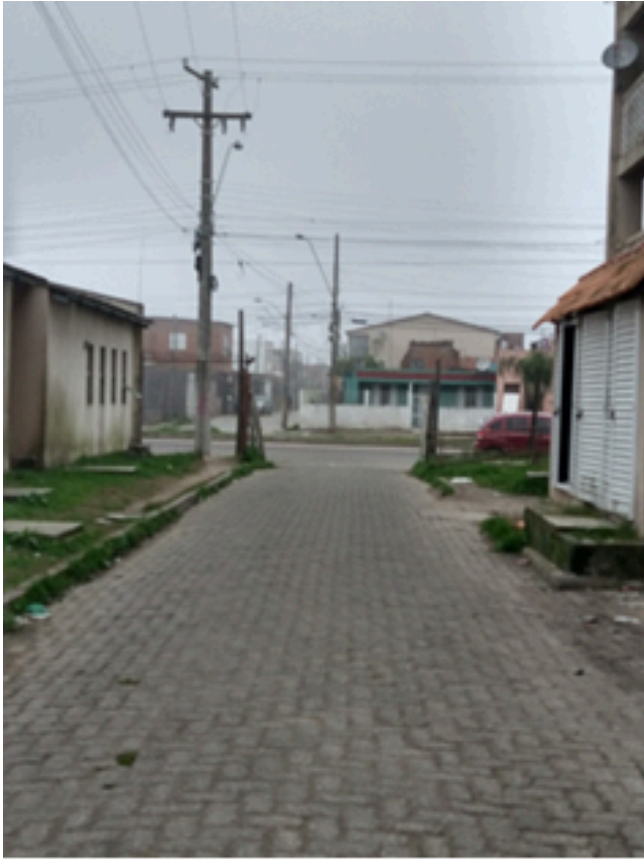
As colocações acima não se tratam apenas de simples respostas, são desabafos, através destas palavras pode-se perceber o sentimento de indignação, de abandono e medo que a grande maioria dos moradores sentem. É preciso um olhar atento, dos órgãos responsáveis para essa nova situação em que os moradores foram inseridos e para suas demandas. É importante que eles possam se identificar como condôminos, adaptar-se a essa realidade, sentir que pertencem ao lugar, tendo consciência que vivem na coletividade, sabendo dos seus direitos e deveres enquanto tais.

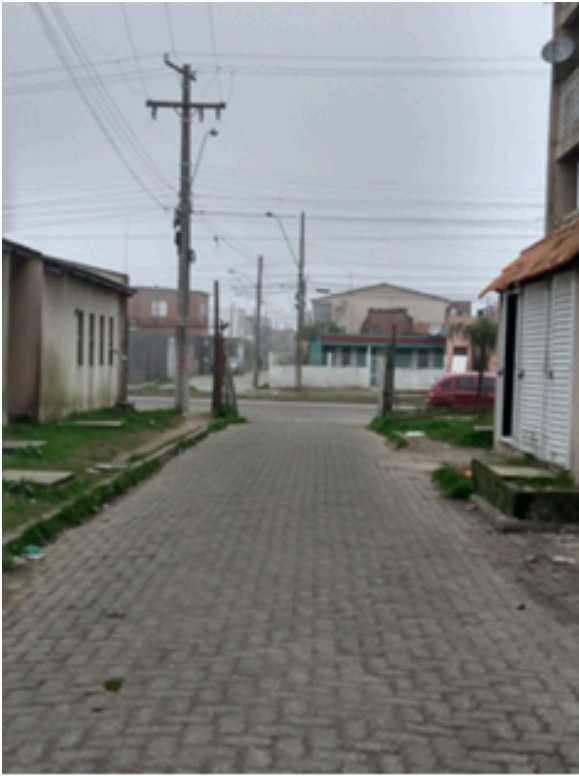
11. Condomínios em imagens¹⁸

Residencial Getúlio Vargas I

“ [...] é difícil vc deixar de morar num Espaço que é só seu pra dividir o espaço com outras pessoas que são estranhas pra você. Você tem que conviver diariamente com situações e pessoas que não te agradam”.

¹⁸ Fotografias: Luciene Mourige





Residencial Getúlio Vargas II

“É um tipo de moradia, que precisa muita adaptação e também muita compressão da parte de todos, para o bem comum”.





12. Bibliografia

BERUTE, Gabriel Santos. Dos escravos que partem para os portos do Sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790– c. 1825. Dissertação de mestrado. 2006. Programa Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BITTENCOURT, Ézio. Da rua ao teatro: os prazeres de uma cidade. Rio Grande: Ed. da FURG, 2011.

CIPRIANO, Diego Mendes; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. O bairro Getúlio Vargas e a grande faxina dos anos 70: remoção de moradias e consequências socioambientais na expansão portuária (Rio Grande –RS). Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço - ISSN 2317-8361 v. 2, n. 2 (2013).

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público, Brasília, v.56, n.2, p.137-160, abr/jun, 2005.

JUNIOR, Laerthe de Moraes Abreu & CARVALHO, Eliane Vianey de. O discurso médico-higienista no Brasil do início do século XX. Trabalho, Educação e Saúde. Publicação de: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Área: Ciências Da Saúde, Ciências Humanas. Scielo.

MAESTRI, Mario. O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravo gaúcho, Porto Alegre: EDUCS, 1894.

MARTINS, Solismar Fraga. Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990) – 2 ed., Rio Grande: Ed. da FURG, 2022.

MILHEIRA, Rafael Guedes. A Laguna dos Patos como lugar de convergência cultural e de história de longa duração. Anais do 5º Seminário Internacional em Memória e Patrimônio. Tema: Memória e esquecimento. 5 a 7 de outubro de 2011. Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, RS.

MOLET, Claudia Daiane Garcia. Parentescos, Solidariedades e práticas culturais: estratégias de manutenção de uma campesinato negro no litoral negro do Rio Grande do Sul (do século XIX ao tempo presente). Tese (Doutorado em História).2018. 297 f. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

OLIVEIRA, Carlos Alberto de. Imagens de um bairro afamado: Rio Grande/ RS (1945-1975). Periódicos da FURG, 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br › article › download>

PIRES, M. C.; REIS, Í. S.; TORRES, L. H.; MAIER, E. L. Cartografia Histórica

Da Cidade do Rio Grande/RS: Expansão Urbana entre 1737 e 2017. Revista

Brasileira de Geografia Física v.13, n.03, 2020.

SALVATORI, Elena, HABIAGA, Lydia Angélica, THORMANN, Maria do Carmo. Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande. Revista Brasileira de Geografia. V. 51(janeiro-março):27-72, 1989.

SCHÄFER, Alois & MARCHETT, Cassiano Alves. Planície Costeira, Sistema único. In: SCHÄFER Alois (Org. et all). Atlas Socioambiental do Município de Osório. Caxias do Sul: Educs, 2017. p. 28 – 31.

SOUZA, Anderson Pires. “Olhares sobre os processos do Trabalho Técnico Social junto aos moradores reassentados nos conjuntos residenciais Getúlio Vargas I e II na perspectiva da Educação Ambiental transformadora”. Dissertação de Mestrado em Educação Ambiental, Universidade Federal de Rio Grande (FURG), 2018.

SOUZA, Paulo Ricardo Salati de. Áreas urbanas desfavorecidas do município de Rio Grande. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande-FURG, 2011.

TOMAZELLI, L.J. & VILLWOCK, J. A. Tomazelli, L.J. & Villwock, J.A. 2000. O Cenozoico do Gradientes de energia de onda: o principal fator Rio Grande do Sul: geologia da planície costeira. Controlador da evolução costeira no Rio Grande do Sul. In: Holz, M. & De Ros, L.F. (Eds.). Geologia do Rio Sul durante o Holoceno superior. Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário, Rio Grande do Sul. Edições CIGO/UFRGS, Porto Alegre, 2000. P.375-406.

TORRES, Luiz Henrique. A cidade do Rio Grande: escravidão e presença negra. Revista: Biblos, FURG, Rio Grande, 22 (1): 101-117, 2008.

TORRES, Luiz Henrique. O conceito de História e Historiografia. Revista: Biblos, FURG, Rio Grande, 8: 53 - 59. 1996.

EDITORA E GRÁFICA DA FURG
CAMPUS CARREIROS
CEP 96203 900
editora@furg.br

ISBN 978-65-5754-217-0



9 786557 542170

Realização:



PROGRAMA EDUCADORES SOCIAIS – PROEXC/FURG



CAIXA